



# ANAIIS DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PPS .....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR .....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB .....	Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

# DIÁRIO Nº 143

## SUMÁRIO

Mesa Executiva .....	02
Presenças .....	02
Abertura da Sessão .....	02
Expediente:	
Ofícios .....	03
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	15
Pequeno Expediente:	
Dep. Elton Carlos Welter .....	16
Dep. Elza Correia .....	17
Dep. Augustinho Zucchi .....	18
Dep. André Vargas .....	19
Dep. José Domingos Scarpellini ....	19
Dep. Valdir Rossoni .....	21
Grande Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri .....	22
Sr. Élio A. Machado - Pres. FAPA.	24
Horário das Lideranças:	
Liderança do PPS:	
Dep. Marcos Isfer .....	27
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	27
Liderança do PFL:	
Dep. Plauto Miró Guimarães ....	29
Liderança do PT:	
Dep. Ângelo Vanhoni .....	30
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni .....	31
Liderança do Governo:	
Dep. Elza Correia .....	33
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente .....	34
Discussão / Votação:	
3ª Discussão .....	35
2ª Discussão .....	38
1ª Discussão .....	38
Discussão Única (Proposições).	44
Requerimentos .....	52

Encerramento da Sessão Ordinária .....	53
Transcrição .....	54
Balancete .....	55

## 133ª SESSÃO ORDINÁRIA

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2005

(segunda-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (05); e em viagem representativa o Sr. Deputado José Maria Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

#### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

A Ata não é colocada em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Só em discussão, Deputado Neivo.

Conforme o novo Estatuto, houve essa alteração e não se coloca em votação, mas apenas em discussão.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então no caso não precisa de quórum para que a Ata seja aprovada?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No mínimo cinco Srs. Deputados presentes.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Cinco Deputados presentes?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sim.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas é tradição aqui e no mundo, que a Ata tem que ser discutida e aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No novo Regimento, Deputado Neivo Berardin, houve essa alteração.

V. Exa. tem razão, mas isso constava no Regimento passado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Quero sugerir a V. Exa. que encaminhe à Mesa esse equívoco, porque Ata sem aprovação não é Ata válida. Ela é simplesmente tornada pública, mas não tem aprovação. Acho que, nesse aspecto, o Regimento tem que ser mudado imediatamente!

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem razão nesse sentido. É perfeitamente cabível a sua preocupação.

Solicito ao 1º Secretário, Carlos Simões, para que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## **Expediente:**

### **Ofícios:**

Sob os nºs CTL/CC 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227 e 228/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

420/2005: De autoria do Deputado Marcos Valente Isfer, que institui o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.927. **Anote-se - archive-se.**

555/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a ceder o imóvel que especifica ao município de Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.928. **Anote-se - archive-se.**

556/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a ceder o imóvel que especifica ao município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.929. **Anote-se - archive-se.**

557/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo permitir o uso à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Marechal Cândido Rondon, do imóvel que especifica, situado no referido município, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.930. **Anote-se - archive-se.**

570/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a ceder o imóvel que especifica ao município de Itaguapé, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.931. **Anote-se - archive-se.**

571/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a doar o imóvel que especifica ao município de Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.932. **Anote-se - archive-se.**

599/2005: De autoria do Poder Executivo, efetuar reversão do imóvel que especifica ao município de Cândido de Abreu, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.933. **Anote-se - archive-se.**

301/2005: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa "Vida Nova Mulher Mastectomizada", de apoio às mulheres carentes mastectomizadas no Estado do Paraná, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.934. **Anote-se - archive-se.**

Sob o nº 2035/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre verbas destinadas à Comunicação Social pelos entes da administração pública indireta. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 229/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 572/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, tendo em vista informações prestadas pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Paraná Esporte de que a medida, ampla e genérica como está posta e redigida, contraria o interesse público e não apresenta condições de plena e tranqüila exequibilidade. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº AL000981/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação, para execução do Programa BRALE. **Ao conhecimento da casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 3977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência à Mensagem nº 069/2005, Projeto de Lei nº 782/2005, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre o pagamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2004, com dispensa de multas e juros, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 4031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação da Proposição nº 096/2005, item 14 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### REQUERIMENTO Nº 4043

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 3988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de intersício para a reali-

zação de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### REQUERIMENTO Nº 3976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco dos itens 12, 13 e da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 4021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, destaque para votação do veto apostado ao Projeto de Lei nº 723/2003, item 11, da Ordem do Dia, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

### REQUERIMENTO Nº 3983

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização para viajar a Brasília, nos próximos dias 15 e 16 de dezembro de 2005, a fim de participar de audiência no Ministério do Meio Ambiente e Câmara dos Deputados e Procuradoria do Incra, acompanhado do Secretário da Comissão, Osni Calixto.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

### REQUERIMENTO Nº 3975

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Fernando Schleder de Macedo, Presidente Regional do Partido Social Cristão - PSC, ocorrido na manhã de hoje, 12/12.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Francisco Zandoná, 256 - Seminário - CEP 80240-490 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

### REQUERIMENTO Nº 3980

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do professor Helio Nauman, ocorrido na data de 10 de dezembro de 2005, aos 92 anos de idade, na cidade de Maringá.

Ele foi professor na Escola Técnica de Comércio em Apucarana e proprietário da Livraria Estudantil, também em Apucarana, sendo pai de dois filhos: Dr. Aldebaran da Cunha Nauman e Ajax da Cunha Nauman, deixando viúva a Sra. Lindamir da Cunha Nauman, aos 86 anos.

Esta Casa reverencia a memória do professor Hélio Hauman e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências e que seja oficiado à família, em Maringá.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3984

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Juraci Domingues da Silva Soavinsky, que de maneira exemplar foi inspetora escolar e dona-de-casa. Deixa seis filhos, dez netos, dois bisnetos, além de diversos amigos, a quem fica a saudade.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 3985

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Saragossa, aos 87 anos, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3986

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PMDB que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais, de voto de profundo pesar pelo passamento à Eternidade do líder político partidário paranaense, Dr. Antônio Schleder de Macedo, Presidente e um dos fundadores do Partido Social Cristão no Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A passagem, para a história, de líderes empenhados em melhorar o mundo, aprimorar a democracia, e servir ao nosso povo, merece registro nos Anais desta Casa de Legislativa, centro das decisões políticas do Paraná.

Fidalgo, cortês, inteligente, honrado e empenhado em manter os ideais sociais cristãos, o nosso Antônio Schleder de Macedo deixa lacuna política e social.

#### REQUERIMENTO Nº 4016

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PMDB que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia a inserção nos Anais, de voto de profundo pesar pelo falecimento do General Ayrton Pereira Tourinho, aos 90 anos, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná despediu-se neste dezembro de 2005 de uma das principais personalidades da história do nosso Estado. Aos 90 anos o General Tourinho foi o primeiro militar a chegar ao cargo de general do Exército Brasileiro e a atingir o patamar das quatro estrelas.

Filho de tradicional família de militares e professores do Paraná, nasceu em Curitiba, no dia 13 de março de 1915. Teve como exemplo de vida, desde a mais tenra idade, seu pai, Plínio Tourinho - militante - com importante atuação na Revolução de 1930 e também o primeiro Deputado Federal do Paraná. Orgulhava-se em contar que seu avô, capitão-engenheiro Francisco Antônio Monteiro Tourinho, fora um dos construtores da Estrada da Graciosa e da ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá.

Desde jovem o General Ayrton Tourinho, dedicou-se aos estudos e à carreira militar. Após se formar no Ginásio Paranaense (atual Colégio Estadual do Paraná) mudou-se para o Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar do Realengo. A partir de então o tempo foi dividido em comandos de diversas unidades do Exército e vários cursos de aperfeiçoamento militar, retomando a Curitiba em 1942.

O General Tourinho casou-se com Gleusa Medeiros, já falecida. Tiveram três filhas, nove netos e 15 bisnetos.

Possam os anjos velar-lhe o sono com cânticos de glória.

E que a gente do nosso Paraná recorde com ternura este militar, personagem importante da história do nosso Estado, que foi grande e foi nosso.

Seja este voto encaminhado às suas distinguidas filhas e seus familiares: Gley Tourinho Miró, rua Prof. Dario Garcia, 200, CEP 80.820-410; Sueli Tourinho Lemos Torres, av. Munhoz da Rocha, 1295, CEP 80.035-000; Elaine Tourinho Beraldi - rua João Américo de Oliveira, 157, CEP 80.035.060.

## REQUERIMENTO Nº 4017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Claudionor dos Santos, ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira - FEB, ocorrido em 11 de dezembro passado, em Ponta Grossa-PR.

Requer ainda que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Bartolomeu de Gusmão, 340 - Vilela - CEP 84020-170 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 4022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado José Plínio Silva, na cidade de Maringá.

José Plínio Silva residia em Maringá, onde exercia a profissão, sendo pessoa muito querida, não só entre os seus clientes, como em toda a comunidade, em razão da forma exemplar com que conduzia a sua profissão.

O falecido deixa esposa e filhos, aos quais transmitimos as nossas sinceras condolências.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, para que fique gravado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Dr. Requião, Governador do Estado do Paraná, pela iniciativa de denominar a Hidrelétrica da Copel de Salto Caxias, do inesquecível e saudoso Dr. José Richa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, bem como ao Dr. Beto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba, para que receba e transmita a todos os familiares as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A terceira maior hidrelétrica da Copel - a de Salto Caxias, por decisão do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, foi renomeada, dia 08 do corrente, como Usina

Governador José Richa, em homenagem à memória do ex-Governador falecido há dois anos.

A cerimônia foi realizada na casa de forças da Usina, em Capitão Leônidas Marques, reunindo um grande número de autoridades e da população dos municípios vizinhos.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fizeram jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez por esta sociedade paranaense, da qual foi membro eminente.

E para que não fôssemos acoimados de ingratos, aqui estamos para, através deste modesto requerimento, prestar-lhe esta homenagem, que, embora não corresponda à magnitude e à grandeza de seus méritos, servirá todavia, para testemunhar a nossa gratidão ao saudoso Governador José Richa.

Que a denominação de Governador José Richa, à hidrelétrica da Copel de Salto Caxias, faça-nos sempre presente a imagem daquele que com tanta dedicação empenhou seus esforços em prol da sociedade paranaense.

Que seu espírito de luta, sua coragem indômita, sirvam de exemplo a nortear os nossos passos no caminho da honra e do dever.

Homens como José Richa são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as intempéries e os preconceitos.

Honrá-lo é um comezinho ato de reconhecimento e imitá-lo é um dever.

Orgulha-se portanto, esta sociedade, em legar aos pósteros aquele exemplo de virtude para que nos sirva de modelo e estímulo.

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos com a denominação da hidrelétrica de Salto Caxias com o nome do saudoso e inesquecível Governador José Richa.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se concretizou um sonho de tão longa data acalentado por todos os corações bem formados, especialmente pelo Sr. Governador Roberto Requião.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo paranaense, com o estilete da gratidão imorredoura.

São estes os nossos modestos e sinceros desejos.

## REQUERIMENTO Nº 4014

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da Sessão de hoje, de voto de congratulações ao médico, professor e escritor Lauro Grein Filho, pelo lançamento de seu oportuno livro "Painel de Realidades", que vem enriquecer a bibliografia paranaense.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Lauro Grein Filho é médico, professor e escritor. É médico formado pela Universidade Federal do Paraná, distinguido na ocasião da formatura com o prêmio Ramar, por haver obtido o primeiro lugar em Clínica Médica.

Radicado em Castro dirigiu o jornal e a emissora de rádio da cidade, inclinando-se nitidamente no campo das letras, a par das atividades profissionais da medicina.

Atraído pela política, elegeu-se ainda em Castro vereador e presidente da Câmara Municipal.

Do primeiro conto que publicou na revista Fon-Fon aos demais que lhe ampliaram o horizonte criativo, revelou-se o escritor primoroso que iria desdobrar a vocação em festejados livros de memórias. Presidente da Cruz Vermelha e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, vice-presidente da Academia Paranaense de Medicina e da Federação das Misericórdias do Paraná, membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, do Centro de Letras do Paraná, Academia de Cultura de Curitiba, Academia de Letras José de Alencar. Eficaz na condução dos trabalhos, inovando suas realizações com programas atraentes, elevando o conceito cultural das instituições junto à sociedade cultural do Estado. Tem exercido atuante atividade comunitária, destacando-se também no campo do civismo, científico, cultural e humanista.

Coleciona diversos títulos de relevância: comendas, medalhas, diplomas. É presidente da Cruz Vermelha do Paraná, numa gestão profícua e inovadora. Em suas viagens de estudos e observações tem visitado países das Américas e da Europa, desta forma aperfeiçoando os serviços essenciais da benemérita instituição. Publicou livros de inegável repercussão: Hora de Lembrar, Fatos que Ficaram, José Pereira de Macedo, Coisas Nossas, Luzes da Memória. Neste 13 de dezembro, Lauro Grein Filho lança o livro "Painel de Realidades" seleção de crônicas publicadas semanalmente no jornal Gazeta do Povo, sobre as lembranças do cronista da cultura de uma época e suas sensacionais mudanças.

Cada novo livro publicado sobre preservação da nossa cultura, memória e história precisa ser, por isso, celebrado.

Seja este requerimento encaminhado ao Dr. Lauro Grein Filho, Rua Vicente Machado, 1310 - CEP 80420-011.

**REQUERIMENTO Nº 4015**

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações pela posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, gestão 2005/2007, no último dia 7 de dezembro. Seja da nova Diretoria, na pessoa da Presidente juíza Wanda Sant Cardoso da Silva; à vice-Presidente, juíza Rosalie Michaele Bacila Batista e ao Corregedor Regional juiz Luiz

Eduardo Gunther, bem como à antiga Diretoria, na pessoa do então Presidente, juiz Fernando Eizo Ono.

Seja este voto encaminhado a todos os juízes nominados. Rua Vicente Machado, 147 - 10º andar - CEP 80420-010 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**REQUERIMENTO Nº 3978**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de aplauso a Foz do Iguaçu, por receber quarta-feira, dia 07.12.2005 o seu milionésimo visitante e ultrapassar a marca de um milhão de visitantes em 2005.

Neste ano vão passar pelas catracas do Parque Nacional do Iguaçu cerca de 1.085.000 turistas - um recorde histórico desde que o Ibama começou contar as visitas em 1982.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A elevação do número de visitantes em Foz do Iguaçu, deve-se principalmente ao empenho e à união de todos - governos federal, estadual e municipal, iniciativa privada, entidades ligadas ao turismo e pessoas ligadas ao setor - na divulgação e promoção de Foz do Iguaçu como um dos destinos mais conhecidos do Planeta.

Vale destacar que o fluxo turístico estava em queda em 2002 quando Parque Nacional do Iguaçu registrou 645.832 visitantes e que desde então, num esforço que envolve todos os setores do turismo, o parque recebeu 765 mil turistas em 2003, 981 mil em 2004 e agora em 2005, deve ultrapassar os 1.085.000 visitantes - sua melhor marca histórica.

O aumento desse fluxo é fruto também do trabalho da Secretaria Estadual de Turismo e da Paraná Turismo - em parceria e convênios com entidades e outros órgãos governamentais. Só nesta ano, foram 32 eventos, feiras de turismo - onze internacionais e 21 nacionais. Esse trabalho transformou Foz do Iguaçu no principal ícone turístico do Paraná e uma das imagens brasileiras mais conhecidas no mundo.

**REQUERIMENTO Nº 3991**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antero Bombassaro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Dr. Eleazar Ferreira, membro da Comissão Técnica de equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Júlio César Brevilhéri, membro da Comissão Técnica da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Giancarlos Gonçalves Acunã Ramirez, membro da Comissão Técnica da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Roberto Tupan Ruy, membro da Comissão Técnica da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Eduardo Henrique do Nascimento, membro da Comissão Técnica da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Maik Santos, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luís Ricardo Miles do Nascimento, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.



A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo Henrique Cadorin de Castro, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Claudiomiro de Souza Costa, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jair Henrique Alves Júnior, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Edinaldo Rodrigues da Silva, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Leonardo Luís Tezeli Bortolini, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Cláudio Lísias Gonçalves, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luís Fernando Shoití Murassaki, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Alexandre Rodrigues da Silva, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Flávio Afonso Montes, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Anderson Pantolli César, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Marcos César da Silva, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Firmo Baptista, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Eduardo Cortez Guerra, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Marcos da Silva, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paraense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João Alfredo Bolivar Pedroso, atleta da equipe Unifil Londrina/Sercomtel de handebol masculino.

A referida homenagem deve-se pela conquista do título da Liga Petrobras de Handebol Masculino, uma grande vitória para toda a sociedade paraense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Alba Santamaria Igresias, pelos excelentes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Eva Ferreira Vicente, pelos excelentes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Lourdes Girarbello, pelos excelentes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Elias dos Santos Vicente, pelos excelentes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Jonas Lemes dos Santos, pelos excelentes serviços prestados à comunidade curitibana.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Eliane Miranda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Enede Maria Polese dos Santos, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Jovercina Araújo da Silva, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Emílio

Medina (Consórcio Clear Channel Adhel), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Jair Aparecido Fontana (Açougue Fontana), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Júlio César Gonçalves e funcionários (Supermercado Marlon), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Lídio Carini (Estacionamento Planalto), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Sérgio Rosa de Oliveira, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao Sr. Waldemar Alves Agibert, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal: Eurico e Marlene Aparecida dos Santos (Farmácia do Eurico), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo ao casal: Marino e Sueli Poltronieri (Açougue Querência), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo a Sra. Gisela Pary, pelos excelentes serviços prestados à Educação Especial paranaense.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo à Sra. Maria Miyuki Endo Ravedutti, pelos excelentes serviços prestados à comunidade e profissionais da área de finanças do Estado do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 4042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de regozijo aos sócios: Vilmar Demeneck e Valmor Ventura Demeneck (Pinheiro Auto Posto), pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) CESAR SELEME

## REQUERIMENTO Nº 3955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja remetido ofício ao Exmo. Dr. Milton Riquelme de Macedo, DD. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, pedido de providências jurídicas da competência do Ministério Público, no sentido de abertura de inquérito e investigação sobre o falecimento da menor Bruna Franciele Teixeira, com cinco anos de idade, que residia no bairro Barro Preto, cujo óbito ocorreu no dia 28 de novembro de 2005, no Samu do município de São José dos Pinhais, devido ao descaso no tratamento da política de atendimento da saúde da população daquele município.

Esta providência é necessária, tendo em vista que outras ocorrências similares já se repetiram anteriormente, e com descasos sérios na área da saúde de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

## REQUERIMENTO Nº 3971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, e Ilma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora-Presidente da Fundepar, solicitando a construção da cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Nilo Brandão, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, com a referida proposição, oferecer ao corpo docente e discente do Colégio Estadual Nilo Brandão, melhores condições para o desenvolvimento das atividades ligadas à prática do desporto e nas aulas de educação física.

## REQUERIMENTO Nº 3979

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Agricultura, Exmo. Sr. Orlando Pessuti, solicitando do mesmo atendimento ao Conselho de Agricultura do município de Maringá.

O município de Maringá possui aproximadamente 1600 produtores rurais que utilizam os serviços da patrulha mecanizada, proporcionando melhor distribuição da produção agrícola e tráfego de ônibus escolar e outros veículos.

Sala das Sessões, em 12.12.200

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 3981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Vigilância Sanitária da 16ª Regional de Saúde de Apucarana e à Secretaria da Saúde para que determine interditar e esvaziar a piscina do Complexo Esportivo Lagoão, na cidade, que se encontra infectada e contaminada, com a presença de sapos, cobras, ratos e outros animais peçonhentos, aranhas, mosquitos e insetos (inclusive suspeita do mosquito *Aedes aegyptius*), sendo urgente a sua interdição, para que não hajam consequências maiores à população, com surgimento de surtos de doenças.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

## REQUERIMENTO Nº 3982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Concessionária Caminhos do Paraná, pedindo providências na recuperação da pista da BR - Rodovia do Relógio, cujo trecho próximo a praça do pedágio de Porto Amazonas, que se encontra interditado no sentido Curitiba/Palmeira e com isso criando um verdadeiro caos para os usuários.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

## REQUERIMENTO Nº 3987

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, comunicando o abandono da Delegacia de Polícia do bairro Borda do Campo, em São José dos Pinhais, por si pessoalmente constatado nesta manhã de 12 de dezembro, segunda-feira.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Em visita às escolas estadual e municipal daquele bairro da região metropolitana, este Deputado, acompanhado da Vereadora - e Diretora de escola - professora Lúcia Stocco, foi abordado por um popular - Paulo Roberto Pereira - que reclamou da morte por assassinato de um seu irmão, de 22 anos - Daniel Roberto Pereira - e do que chamou de "abandono da população pela polícia".

Este Deputado pediu então aos moradores locais que o levassem até a Delegacia.

Lá chegando encontrou-a fechada.

Foi então ao Posto de Polícia, onde estava uma motocicleta do Projeto Povo, um único policial de guarda. Perguntei dos demais, e disse-me o PM que esta-

vam atendendo um assalto no distante bairro de São Marcos - lá para as bandas da estrada para Joinville - SC, BR-376.

Meia hora depois, a Delegacia de Polícia Civil abriu, e dentro dela atendia um jovem estagiário da Prefeitura de São José dos Pinhais, de nome Alan, sem qualquer qualificação para exercer as imprescindíveis funções de policiamento. Ainda assim a paciente população local confia no Governo do Estado, e espera soluções para o grave problema de segurança pública deficiente e, razão pela qual nos dirigimos ao Sr. Governador.

#### REQUERIMENTO Nº 3989

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do PT, Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental, seja encaminhada ao Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara Federal, bem como a todos os Deputados Federais e Senadores do Paraná, moção de apoio à aprovação da correção da Tabela do Imposto de Renda.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) TADEU VENERI

Líder da Bancada do PT

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Elton Carlos Welter, Pedro Ivo Ilkiv e Padre Paulo Campos.

JUSTIFICATIVA:

É de todos conhecido que a carga tributária brasileira é excessiva e que os trabalhadores empregados são os que mais pagam impostos no Brasil.

Esta situação não resulta de apenas um governo, mas de um processo histórico construído ao longo de séculos, desde à época da Monarquia.

No entanto, aos atuais governantes cabe adotar medidas para corrigir tal distorção histórica.

É neste sentido que se faz necessária a correção da Tabela do Imposto de Renda.

Anexamos a esta moção a Carta do Paraná, que apresenta ainda outros fundamentos sobre a necessidade da correção da mencionada tabela.

#### REQUERIMENTO Nº 3990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Exmo. Sr. Desembargador José Ulysses Silveira Lopes, solicitando informações em relação à não divulgação dos resultados de concurso público para provimento de diversos cargos do quadro de servidores do TRE-PR, conforme documento enviado pela Dra. Ticianne Domingues Rubira (OAB/PR 38805).

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 4018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente Estadual do Banco do Brasil no Paraná, Dr. Danilo Angst, solicitando a prorrogação por um ano da quitação dos débitos de custeio e investimentos no agropecuária, vencidos neste ano de 2005 e no ano de 2006, em função das dificuldades por que passam os produtores rurais, através da crise gerada em razão das pendências a que o Estado foi submetido devido à febre aftosa.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 3974

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, para a posteridade, os artigos publicados no Gazeta do Povo dos dias 09 e 10 do corrente, de autoria do Dr. Léo de Almeida Neves, sob o título: Bento Munhoz, o Estadista.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Léo de Almeida Neves, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente do Gazeta do Povo, inclusive à Sra. Flora Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 12.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A trajetória política e os exemplos dignificantes do cidadão e homem público professor Bento Munhoz da Rocha Netto, configuram o perfil de um autêntico estadista, reconhecido pela sociedade, orgulho do Paraná e do Brasil, e exemplo a ser seguido pelas gerações futuras.

O arrojo, a tenacidade e visão de futuro do professor Bento Munhoz da Rocha Netto, garantiram-lhe lugar de relevo no panorama político, com destaque nas programações do 1º centenário, a que compareceram personalidades e representantes dos estados brasileiros e de países de vários continentes, valendo mencionar a realização, em Curitiba, da 1ª Conferência Mundial do Café.

O Paraná comemora o centenário de nascimento do saudoso professor Bento Munhoz da Rocha Netto. Ele foi e continuará sendo historicamente um ser de múltiplas camadas. Engenheiro, escritor, parlamentar, professor, governador, ministro de Estado, enfim, um generoso benfeitor da cidadania.

O saudoso professor Bento Munhoz da Rocha Netto, estaria completando cem anos no próximo dia 17. É considerado por todos nós como o maior paranaense do século XX, sendo um dos construtores do Paraná moderno. A começar pela própria figuração territorial do Estado do Paraná. No período de 1943 a 1946, o Paraná

perdeu um quarto de sua área no oeste o sudoeste, transformado pelo então Presidente Getúlio Vargas em Território do Iguaçu, juntamente com uma parte do Estado de Santa Catarina. Em 1946, quando o professor Bento foi eleito Deputado Federal Constituinte, batalhou para que o território fosse reincorporado ao Paraná. A Constituição de 1946 devolveu o oeste e o sudoeste ao Paraná, sendo o professor Bento o principal articulador de reintegração do Paraná.

O arrojo, tenacidade e visão de futuro de Bento Munhoz da Rocha Netto garantiram-lhe lugar de relevo no panorama político, com destaque nas programações do 1º centenário.

A excelsa dama paranaense, Dona Flora Munhoz da Rocha, viúva do professor Bento, nos seus 94 anos de idade, participa com todos nós das justas referências ao seu saudoso e inesquecível esposo.

A trajetória política e os exemplos dignificantes do cidadão e homem público Bento Munhoz da Rocha Netto, configuram o perfil de um autêntico estadista reconhecido pela população e orgulho do Paraná e do Brasil.

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 783/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2005

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Ação Social São Marcos, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Curitiba, prestando promoção social e cultural e assim, buscando o desenvolvimento da sociedade.

As principais ações da Ação Social São Marcos, têm como intuito prestar assistência social às crianças e famílias carentes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

### PROJETO DE LEI Nº 784/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, com sede no

município de Bituruna e foro no município de União da Vitória.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2005

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, com sede no município de Bituruna e foro no município de União da Vitória, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de saúde e assistência social à população de Bituruna e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

### PROJETO DE LEI Nº 785/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa-Lar Infantil Miriã, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2005

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa-Lar Infantil Miriã, com sede e foro no município de Campo Mourão, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade desenvolver atividades de saúde e assistência social às crianças e adolescentes de Campo Mourão e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar o falecimento do Presidente e comandante do PSC do Paraná, Sr. Antônio de Macedo, figura conhecidíssima da política do Estado. Faleceu ontem e o corpo está sendo velado em Curitiba e será sepultado hoje, às 17 horas.

Grande parte dos Deputados o conheciam, a imprensa também.

Um dos homens mais sérios da política e sempre ao lado do povo. Tive o prazer de me eleger Deputado pela primeira vez em 1994, pelo PSC. Por isso faço este registro aqui, desde já lamentando a sua perda e, ao mesmo tempo, colocando-nos à disposição da família, porque era uma pessoa muito querida, muito simples e um grande homem público.

Os nossos sentimentos, em nome desta Casa e tenho certeza que de todos os Deputados.



**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)**

Quero associar-me à manifestação do Deputado Jocelito Canto pelo falecimento do Sr. Antônio de Macedo, Presidente do Partido Social Cristão, nosso dileto primo e pessoa de fidalga trajetória na política do Paraná, sobremaneira pela honradez.

Vim do Cemitério Municipal, onde na Capela São Miguel das Almas, ele está sendo velado e estive com seus irmãos e reforço as palavras do Deputado Jocelito Canto sobre a perda política para o Paraná, desse homem honrado.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)**

Também para expressar as condolências e o pesar deste Deputado e tenho certeza que de todos os Deputados desta Assembléia, em especial dos Deputados do PT, pelo falecimento do sogro do nosso companheiro Hermes Fonseca, Reinaldo Carazzai, que faleceu em Cornélio Procopio no sábado, foi velado e sepultado no domingo.

Faço aqui a homenagem do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, a ele que foi um grande Deputado Federal, uma liderança política da região Norte, uma liderança importante e familiar do nosso companheiro Hermes Fonseca.

***Pequeno Expediente:*****O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Passamos ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Deputado Elton Carlos Welter.

***Deputado Elton Carlos Welter (PT)*****O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Instrução Normativa 51 trata de estipular prazos para que os agricultores, os produtores de leite se adaptem às normas com relação à sanidade do leite e naturalmente para melhorar a qualidade do fornecimento ao consumidor, e também no sentido de ter um leite cada vez mais de qualidade. Isso já foi muito debatido aqui no Paraná, inclusive a Deputada Luciana Rafagnin já fez esse debate no interior do Estado, na cidade de Beltrão. O Estado fez um evento há uns quatro meses estabelecendo claramente o que precisa ser feito. Ocorre que essa Instrução Normativa entra em vigor em janeiro e existem políticas públicas para atender o agricultor, mas infelizmente, muitas vezes a informação não chega ao nosso produtor.

E hoje pela manhã fizemos uma reunião de trabalho envolvendo todo o setor produtivo, representantes do Sindileite, do Conesa, Secretaria da Agricultura, da Faep, da FetrafSul, da Fetaep, através do Bloco Agropecuário. E nós diagnosticamos os gargalos que muitas vezes impedem que um agricultor do interior consiga se adaptar às normas. E o evento fechou com o seguinte encaminhamento,

que é resultado do trabalho desta Casa de Leis, através do Bloco Agropecuário: todos os setores da cadeia produtiva do leite, a indústria, os conselhos que estão constituídos no Estado, as Federações de Trabalhadores, juntamente com o Bloco Agropecuário, a Comissão de Agricultura, fará uma Comissão Permanente para que, à medida em que a norma entrar em vigor, identifique-se os gargalos e se crie condições para que todos os agricultores produtores de leite se enquadrem na norma. Mas, para isso, é preciso que dêem condições para esses produtores.

Então, permanentemente o Bloco Agropecuário, junto com o setor produtivo, com o Governo, Ministério da Agricultura, farão esse trabalho à medida em que a norma entrar em vigor; a partir de janeiro tem noventa dias para fazer a avaliação dos possíveis gargalos onde ainda não se chegou com os resfriadores de leite, o acesso de transporte e assim por diante, para melhorar e aplicar a Instrução Normativa. E, diga-se de passagem, os agricultores são favoráveis e se adaptam às novas tecnologias. Agora, é natural que é preciso dar um tempo e criar condições ideais para isso. E essa Comissão Permanente vai fazer isso, vai conduzir esse processo para que nenhum agricultor fique fora dele. Esse é o compromisso assumido por todas as entidades que ali estavam representadas. E mais uma vez, Sr. Presidente, esta Casa de Leis dá uma demonstração clara da importância que é mediar o processo de implementação de políticas, nesse caso medidas ligadas à saúde pública, que envolvem a melhoria da qualidade do leite.

Quero agradecer à presença do Deputado Duílio Genari, da Deputada Luciana Rafagnin que lá compareceram. E tenho certeza, senhores, em função do leite ser o sexto produto do agronegócio nacional em termos de renda e PIB nacional, e o Estado do Paraná ser o quarto maior produtor do país, tem condições de ser o maior produtor a médio prazo. A produtividade tem aumentado gradativamente. Estamos num período de crise, o preço está baixo, os agricultores reclamando e nós precisamos criar condições ideais para que quem está na atividade, permaneça nela.

Essa Comissão foi constituída na manhã de hoje. Farão parte o Bloco Agropecuário, a Comissão de Agricultura nesta Casa, o Poder Executivo Federal, o Poder Executivo Estadual, juntamente com as organizações dos trabalhadores rurais do Paraná. Essa Comissão vai mediar permanentemente a implementação da Instrução Normativa 51, que estabelece critérios e formas para melhorar a qualidade do leite no Paraná. Todos querem isso; somos sabedores que se o Estado quer se antecipar nessa questão e conseguiu de fato universalizar o acesso das técnicas de sanidade no leite, será o Estado que mais gerará emprego e divisas para o país, porque estamos passando de importador para exportador de lácteos. Naturalmente que, tanto a exigência do consumidor interno e



externo precisa ser cumprida e os nossos agricultores precisam intervir para que nenhum agricultor possa ser contemplado com programas como...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próxima oradora inscrita, Sra. Deputada Elza Correia.

## **Deputada Elza Correia (PMDB)**

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho importante neste momento, fazer a leitura da nota oficial da Secretaria de Estado da Educação. Estivemos lá, o Deputado Artagão e eu. Amanhã haverá uma reunião às 14h00 com todos os Deputados interessados. Discussão com o grupo técnico da Secretaria da Educação e também às 15h00 está marcada uma reunião com a APP Sindicato.

Acho importante fazer um esclarecimento, porque soube que os funcionários que estavam ocupando a Secretaria estão vindo para cá. É importante ouvirmos os dois lados. A APP está exercendo o seu direito democrático, o seu direito sindical de manifestação. Isso é muito bom, mas, como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, acho importante alguns esclarecimentos.

(Lê):

### *Secretaria da Educação denuncia oportunismo da APP-Sindicato*

Na manhã desta quarta-feira (07), sob comando de dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato), um grupo de cerca de 100 funcionários e professores da rede pública, "ocupou" a sede da Secretaria de Estado da Educação, em Curitiba.

A APP-Sindicato convocou a manifestação para reivindicar a manutenção, pelo Governo do Estado, de professores e funcionários da Secretaria da Educação não estatutários, contratados em administração anterior pelo regime da CLT e pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação. Trata-se de pedido sabidamente ilegal: uma decisão irreversível do Tribunal Superior do Trabalho e uma resolução do Tribunal de Contas do Paraná obrigam a demissão dos contratados irregularmente.

Esse e outros esclarecimentos constam na Nota Oficial, abaixo, assinada pelo Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião.

### *Nota de Esclarecimento*

A propósito da manifestação conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato), nesta terça-feira (07), a Secretaria da Educação esclarece:

\*No início desta gestão, 40% dos professores e funcionários da Secretaria de Estado da Educação encontravam-se contratados de forma irregular, não pos-

suíam estabilidade nem direito aos benefícios da carreira.

\* Para resolver essa situação, o governo do Paraná realizou dois grandes concursos públicos para professores e um para pessoal técnico-administrativo. Foram abertas 34.068 vagas para professores e 8.043 vagas para funcionários.

\* Na realização dos concursos, todos os que tinham vínculos irregulares e precários - professores e funcionários - tiveram assegurada a pontuação dos anos de efetivo serviço ao Estado, o que representou o claro reconhecimento deste Governo ao trabalho e empenho daqueles profissionais da educação.

\* Esses processos configuram o maior programa de regularização do magistério levado a efeito no Brasil. No seu curso, todas as providências foram tomadas, em entendimento público com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato). Assim, sempre se teve como provável que parceria daqueles professores e funcionários com vínculos precários poderia não ser aprovada nos concursos. Muitos deles, inclusive, optaram por sequer participar dos mesmos.

\* Igualmente, sempre soubemos que, na medida em que os aprovados nos concursos viessem a ser incorporados às carreiras, aqueles não aprovados ou que não se submeteram aos concursos teriam que ser substituídos.

\* Estes dados, acrescidos do fato, que é de domínio público, que o Governo do Estado foi intimado pelo Tribunal Superior do Trabalho (Súmula de Jurisprudência do TST nº 363) a demitir os celetistas, bem como a Paranaeducação foi intimada pelo Tribunal de Contas do Paraná a demitir parte de seus funcionários (Resolução do TC/PR nº 6438/2004, reafirmada em decisão dessa Corte em 29 de setembro de 2005), mostram que resta a absolutamente incompreensível atitude da APP-Sindicato de tentar pressionar o Governo do Paraná em tomar uma atitude que é, ao mesmo tempo, sabidamente ilegal, por contrariar a decisão do TST e do Tribunal de Contas; e imoral, pois representa o desrespeito ao resultado dos concursos públicos, além do que, contraria a todos os valores que sempre defendemos como fundamentais para a educação pública de qualidade.

\* A manifestação da APP-Sindicato é, ao mesmo tempo, inutilmente provocativa e de uma irresponsabilidade inominável, ao acenar para professores e funcionários não aprovados em concurso com esperanças sabidamente falsas. Aproveita-se a APP-Sindicato do drama e do sofrimento de seres humanos que vivem momento de incerteza em relação ao seu futuro profissional. Assim agindo, a APP-Sindicato não só se coloca contra os avanços da Educação do Paraná, mas comporta-se como verdadeiro "chupa-cabras" da Educação, ao nutrir-se da angústia de pessoas em boa parcela desinformadas.

\* Por tudo isso, a Secretaria da Educação não considera legítima a manifestação da APP-Sindicato.

*\* Aos trabalhadores da educação - professores e funcionários - e ao povo paranaense, a Secretaria da Educação reafirma que mantém sua política de realização de concursos públicos. Professores e funcionários com regime precário que num primeiro momento não lograram êxito, terão novas oportunidades de ingressar no serviço público pela via legal do concurso público. De momento, a demissão de auxiliares de serviços gerais contratados pela Paranaeducação obrigará a Secretaria a repor o quadro, via Processo Seletivo Simplificado, enquanto novo concurso não vier a ser realizado.*

*A Secretaria de Estado da Educação reconhece, por fim, que as pessoas que agora sofrem com o processo indesejado de dispensa são vítimas, não cabendo a elas a culpa pelo fato de terem sido contratadas para serviço público de forma irregular. Assim, quer da Justiça como do Tribunal de Contas, que condenaram de forma veemente as contratações irregulares e estão obrigando o Governo do Paraná a proceder às respectivas demissões, esperamos agora a mesma firmeza e rigor na responsabilização dos administradores públicos que procederam às contratações ilegais.*

*(a) Maurício Requião de Mello e Silva*

*Secretário de Estado da Educação do Paraná*

Por que eu li essa nota de esclarecimento? Porque estivemos lá, Pedro Ivo, Elza Correia e Artagão, conversando com o Presidente da APP e solicitamos uma reunião da Secretaria com os trabalhadores da educação que ocorrerá amanhã, após a reunião com o grupo técnico da Secretaria da Educação. É preciso dizer que, segundo a Secretaria, algumas pessoas que participaram da manifestação foram aprovadas no concurso e serão contratadas. Não haverá nenhum prejuízo.

A preocupação da APP é com alguns setores que ficarão em aberto e obrigatoriamente a Secretaria da Educação terá que contratar. O pedido é para a prorrogação dos celetistas, para que não haja prejuízo à educação.

Temos essas posições e a Comissão de Educação e outros Srs. Deputados estão preocupados com a questão e estamos participando ativamente desse processo. Ainda hoje conversei com o Secretário Maurício para que possamos sair do impasse resolvendo da melhor maneira possível a situação.

Foi-me pedido que lesse essa nota de esclarecimento que já é do conhecimento de todos os Deputados e amanhã às 3 horas da tarde teremos, uma reunião com a APP para resolvermos o impasse.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

## Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de falar sobre um item da pauta que é o veto parcial ao Projeto de Lei nº 484/2004.

Esse projeto, de autoria do Poder Executivo, transformou a Emater em Autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Apenas chamo a atenção porque o veto foi fruto de um acordo. E acordo, no Parlamento, tem nome e sobrenome. É compromisso e palavra cumprida.

Mas, o argumento do acordo serviu para convencer o voto de inúmeros Parlamentares, e cito aqui a Deputada Elza, o Deputado José Maria Ferreira, Elton Welter, enfim, vários outros Deputados que tomaram a decisão de votar favoravelmente à autarquização e dentre as propostas acordadas constava a permanência do recolhimento através do Fapa, que é o Fundo Previdenciário da Emater.

O Governador vetou parcialmente o projeto.

No Grande Expediente haverá a oportunidade de os representantes do Fundo e da Emater colocarem aos Srs. Parlamentares qual é a constituição do Fundo e, em resumo, qual o valor das aposentadorias que ele proporciona.

Posso antecipar, porque muitas vezes pensamos que Fundos privados possam ter aposentadorias elevadas. A média do valor da aposentadoria deste Fundo é de R\$ 1.100,00. Então, meu caro Presidente, é um valor baixo. E sinceramente acho que está dando certo. E antes que se coloque qualquer argumento, nós tivemos um acordo.

Portanto, Deputado Tadeu Veneri, se não for mantido o acordo - porque já foi aberto um precedente com relação à retirada do veto - por parte da Liderança do Governo, acho que o mínimo que poderíamos fazer, em lealdade aos funcionários, às lideranças sindicais, aos funcionários da Emater - que estiveram na reunião e também com as presenças do Procurador Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, do Deputado Duílio Genari e com a presença de inúmeros outros Deputados que lá estavam - seria retirarmos de pauta a votação.

Então, Deputado Dobrandino, faço um apelo a V. Exa.: sei que naquele momento houveram divergências, muitos Deputados votaram a favor do projeto em respeito principalmente a este acordo. Então, que fosse mantido. E V. Exa., não podendo mantê-lo por uma determinação governamental, que seja retirado o veto para que, pelo menos no ano que vem, possa-se discutir com os funcionários uma alternativa, porque todos estavam presentes...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

...neste entendimento. É o apelo que faço para V. Exa.

Sei, Sr. Presidente, que não é possível retirar vetos. Mas, como o Presidente Hermas Brandão abriu um precedente este ano - e diz que vai até o final do ano - então este seria mais um precedente para fazermos justiça aos funcionários da Emater e, principalmente, aos funcionários inativos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro quero saudar os dirigentes da APP Sindicato, bem como os trabalhadores e elogiar o seu espírito de luta - a luta não terminou, é claro - neste período todo. Estou vendo aqui o companheiro Eres Leão, que esteve na reunião da Executiva do nosso Partido e que por intermédio do Deputado Tadeu Veneri - nosso Líder - tem, juntamente com outros Deputados, encaminhado à discussão, se não pela solução absoluta, porque temos dificuldades em implementar esta solução absoluta - há questões políticas, sim, presentes - mas pela solução parcial.

Hoje acompanhei o Deputado Tadeu Veneri, fomos à reunião da Comissão de Orçamento. Adentramos à reunião no sentido de solicitar ao nosso Presidente, Deputado Hermas Brandão, para intermediar pelo menos a negociação do pagamento dos encargos trabalhistas devido aos trabalhadores. Naturalmente o Deputado Tadeu Veneri fará uso da palavra, mas queria deixar de público esta posição, que é a posição unânime do Partido. Outros Deputados também lá estiveram: o Deputado Pedro Ivo, Ângelo Vanhoni e Padre Paulo.

Queria, como o Deputado Augustinho Zucchi, sem necessariamente polemizar, mas lembrar, Deputado Dobrandino, Deputado Bradock, o acordo que fizemos aqui quando da votação da Emater. Três itens foram relevantes, não para o convencimento deste Deputado, muito menos do Deputado Tadeu Veneri, Deputado Augustinho Zucchi, porque votamos contrariamente à proposta; mas muitos Deputados que estavam em dúvida até então, naquela votação polêmica votaram porque houveram três entendimentos, Deputado Dobrandino: um, foi a questão do Fundo Previdenciário que estará em votação daqui a pouco, o outro, foi a questão da contratação dos servidores. Andando pelo interior, na região do Norte Pioneiro, ouvi que o Governo gostaria de contratar pela FAEP. Quer dizer, não era exatamente o combinado. Mas isso não aconteceu ainda.

Também a questão do plano de cargos, carreira e salário. Eu falava agora com o Deputado Elton Welter que, ao votar favoravelmente, acabou por assumir a responsabilidade de intermediar, fazer acontecer, Deputado Rossoni. Acredite quem quiser, porque outros acordos aqui nesta Casa foram feitos, como na questão da saúde; mas não para olharmos ao passado, vejamos o hoje: o voto é secreto - é um direito do Parlamentar - eu não quero votar secreto, quero votar aberto, quero votar pela derrubada do veto, que é a frustração de um acordo feito, não só em favor dos servidores da Emater, mas em favor da honra desta Casa. A palavra deveria valer alguma coisa, e deverá valer agora, na hora da votação.

Portanto, uso esse expediente apenas para fazer essa reflexão, da valorização do Parlamento; se tem nome e sobrenome como disse Augustinho Zucchi - o bom e atuante Deputado Augustinho Zucchi - devemos dar consecução na hora do voto. E tenho certeza: não faltará o nosso voto à derrubada desse veto para a garantia do Fundo Previdenciário da Emater.

Diferente disso - é bom levantar a questão - mantido o veto, significará o enterro mais absoluto e imediato da Emater, porque deverá prover os saldos previdenciários dos servidores de uma só vez e na hora, porque ela é hoje a patrocinadora do Fundo. Não só tem consequência, portanto, o nosso voto hoje aqui sobre a honra desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Concluirei.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, hoje, sob os olhares atentos dos nossos companheiros da APP e de dirigentes sindicais, estaremos votando o futuro da Emater. Parte do enterro nós fizemos na votação. Tomara que não façamos com o futuro. Há servidor lá com noventa anos - Deputado Miltinho Pupio - que poderá ter o seu direito previdenciário negado na medida em que votarmos SIM.

Portanto, convoco os companheiros a votarem NÃO, que significa SIM aos servidores e servidoras da Emater.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito: Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi o pronunciamento do Deputado Augustinho Zucchi sobre um acordo que foi quebrado. Foi na Sessão da Emater que este plenário foi invadido pelo Sr. Procura-

dor-Geral do Estado, que de maneira indevida invadiu o plenário e se transformou em Deputado de recados aqui nesta Casa, correndo de para lá e para cá como se Deputado fosse.

Tenho dito, ao longo desse período, que “o mar não está para boto”. Vimos aqui o cover do Governador Roberto Requião. De parecer em parecer, de recurso em recurso, entupindo o Estado de futuros compromissos. Precatórios que serão levados a efeito por sentenças dadas em função da falta de sensibilidade desse Procurador para com as coisas públicas.

No caso da Emater, o que foi acertado agora está quebrado. O que deveria ser cumprido foi vetado. E mais uma vez coloca funcionários públicos da ativa e inativos de sobreaviso.

Estou ouvindo falar sobre alguns direitos trabalhistas dos professores, que precisam ser respeitados. O que precisava ser respeitado e cumprido está lá no parecer do Dr. Botto de Lacerda, que disse que não era necessário a demissão desses professores contratados pelo regime CLT. Ele próprio não cumpre aquilo que assinou em abril de 2003, e coloca lá na Secretaria da Educação as pessoas que, no desespero de passar um natal negro, vêm, muitas vezes, fazer um péssimo acordo trabalhista, aceitando décimo terceiro e mais algumas picuinhas que não vão resolver o problema de ninguém.

Aí, dizem que não se pode pagar, não se deve dialogar, porque o Presidente do Sindicato é candidato a Deputado. Mas, os professores têm direito de buscar na Justiça aquilo que estão lhe negando, porque essa história de dizer que vai acabar com um contrato de trabalho que dura dez, onze anos, de um dia para outro, contraria todo o direito trabalhista e constitucional.

Esse direito está consagrado. Ao longo desse tempo o Estado, que tinha o direito constitucional, foi declinando desse direito. E a decadência do direito do Estado fez gerar o direito pela parte dos trabalhadores, que são os professores.

Lamentamos essa situação! Lamentamos a situação da aftosa! O gado do Paraná vai ser sacrificado pelas ações praticadas pelo Ministro na briga com o Governador Roberto Requião! Vão assassinar o gado que não tem febre aftosa, apenas para pegar um laudo e dizer que foi cumprida uma determinação. Determinação de quem?

Ainda no sábado, conversando com o Vice-Governador Orlando Pessuti, ele me dizia que o Estado do Paraná está isento de aftosa, porque os exames não comprovaram que existe. É necessário que se faça o laudo de território livre de aftosa.

Agora, o Governo Federal vai matar o gado! Vão gastar dez, quinze milhões e sacrificar um rebanho todo pela vaidade do Ministro da Agricultura, que na briga com o Governador Roberto Requião sacrifica todo o povo do Paraná e sacrifica o nosso gado, o nosso rebanho; joga o nosso leite fora, o leite da maior bacia leiteira do Paraná e do Brasil que está localizada em Ponta Grossa, e vai matar um dos melhores rebanhos de gado de corte locali-

zado no Norte Pioneiro, porque tem que matar para se dizer que o Ministro estava certo e o Governador estava errado!

Eu faço Oposição aqui na Assembléia, mas não posso concordar que tenhamos que fazer uma oposição burra, admitindo defender aquilo que contraria interesses do nosso Estado em função de termos uma posição política oposicionista.

Vemos que realmente está difícil de se chegar a um acordo com relação a essa questão da aftosa, mas está difícil porque quem está criando essa briga e essa dificuldade toda é um homem que exerce cargo de Ministro e outro que exerce o cargo de Governador. No entanto, quem paga é o produtor rural do Paraná, é o pecuarista paranaense que já viu o agronegócio se desmoralizar neste ano que estamos chegando ao final! O agronegócio foi mal, está desmoralizado o grande feito que se dizia ser o agronegócio do Governo do PT, e estamos chegando no final do ano com mais uma crise, pois já havia crise da soja, do algodão, da cafeicultura, da pecuária. O frango está também para voar com a famosa gripe aviária, e aí nós vamos ver aumentar o desemprego, inclusive no campo, onde ainda hoje é mantido um certo equilíbrio.

A feira-exposição de Cascavel, pelo que consta, não foi um sucesso total em função, inclusive, dessa situação de interdição, pela vigilância sanitária, do rebanho paranaense. Então, aquilo que sempre foi sucesso, que sempre foi o “agroshow”, o agronegócio que era a festa do povo do interior passou a ser um terror na cabeça das pessoas que não sabem para que lado devem correr. O produtor brasileiro, em especial o produtor paranaense, está com sérias dificuldades.

Nós vemos os exportadores de madeira, no setor de pinus, principalmente, com o dólar baixo tendo dificuldades para inclusive se manter em pé. O pinus cai, mas cai com ele também o serrador. O setor calçadista está fechando fábricas em Franca, no Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul. É uma dificuldade plena que vai do nascer do bezerro ao couro de boi trabalhado pelas nossas indústrias calçadistas.

A crise cada vez aumentando mais, o povo pagando caro por isso, porque o desemprego paga-se com a fome, com a miséria e com o sacrifício das famílias e, no entanto, estamos vendo o Governo Federal dizendo que gerou não sei quantos milhões de empregos, o Governo do Estado também, festejando as rodovias que deveriam estar sendo recuperadas no Estado, mas que são recuperadas mais na TV do que propriamente se materializando para que o povo possa desfrutar disso.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PP/PSB***

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Scarpellini, para falar em aftosa, acho que o melhor seria o Secretário da Agricultura voltar a esta Casa, porque não sei se V. Exa. recorda que nós levantamos a tese de que o Secretário da Agricultura do Paraná teria se precipitado ao anunciar a aftosa no Paraná. Ele veio aqui e ficou contando que falou com as crianças do Ministro, com a secretária, com a tia, com a mãe do Ministro e, na verdade, quem anunciou a aftosa no Paraná foi o Secretário da Agricultura. Ele chamou a crise para dentro do Estado. Apenas o Ministro da Agricultura está fazendo o que é normal, eles estão usando o Paraná como uma barreira entre o Rio Grande do Sul e o Estado de São Paulo. Esta é a grande verdade, estamos servindo de cobaia pela incompetência, pela precipitação do Secretário da Agricultura do Paraná. Esta é a grande verdade.

Obrigado pelo aparte.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Agradeço o aparte de V. Exa.

Amanhã vai ter em Brasília uma discussão na Comissão de Vigilância e Fiscalização. Nós vamos para lá. Quero ir para expor algumas razões, para colocar a minha posição como opositor ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Não posso admitir que fiquem meias verdades sendo o complicador do nosso produtor e da nossa economia.

**O Sr. André Vargas (PT)**

Solicito um aparte, Deputado.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, o pessoal precisa melhorar o som. Aqui não tem forma de falar; o som está muito baixo.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Solicito à mesa de som que providencie. O som realmente está muito baixo no ambiente.

**O Sr. André Vargas (PT)**

É que essa parte do plenário às vezes fala algumas coisas contra o Governo e o som fica mais baixo, não sei o que acontece!

Mas, Deputado Scarpellini, no debate sobre aftosa, avisei ao nosso Vice-Governador, ao nosso Secretário da Agricultura, o seguinte: que o Paraná estava pagando um "mico" porque disse que ia devolver o dinheiro, depois não tinha certidão, anunciou sem ter convicção. Enfim, precipitou-se. E volto a repetir: foi um "mico". Mas, estamos pagando mais do que um "mico". O Rossoni falou corretamente. É um problema nacional agora. E como o Paraná disse que tinha, os testes comprovam que tem, há que se tomar as medidas sanitárias corretas.

Quanto mais tempo demorar nessa polêmica, Deputado Scarpellini, como tem demorado em outras, fazendo mais política do que propriamente o trabalho que tem que ser feito, mais tempo demora a solução.

Portanto, o alerta de V. Exa. vem em boa hora.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Muito obrigado. Mas, Sr. Presidente, com relação a essa questão, dou por encerrado.

Quero registrar aqui um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Hélio Nauman, aos 92 anos, ocorrido na cidade de Maringá, no dia 10, sábado passado. Professor em Apucarana, na Escola Técnica do Comércio e dono de uma livraria famosa nos primórdios da fundação de Apucarana, a Livraria Estudantil, aos 92 anos nos deixa. Pai de um amigo nosso, engenheiro civil, Dr. Audebaram Nauman e de um ex-funcionário nosso de gabinete, o Ája Nauman. Portanto, registro publicamente o nosso voto de profundo pesar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

**Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria de ter a atenção da Deputada Elza Correia, que está dando uma entrevista, para tratarmos da questão Emater.

Deputado Bradock, nós, no dia em que votamos essa questão, fizemos um acordo de não obstruir a votação, de encerrarmos a obstrução da votação e o Governo acatou, através de seus líderes, a emenda que diz o seguinte: *Fica o Poder Executivo responsável pela manutenção do patrocínio do plano de benefício misto da Fundação e Assistência e Previdência da Emater*. Foi um compromisso assumido pelos líderes do governo. Naquele dia não estavam aqui, se não me falha a memória, os Deputados Bradock e Elza Correia. Eu não acredito que veremos novamente o compromisso do Governo sendo quebrado. Já ocorreu quando exercia a Liderança do Governo, o Deputado Natálio Stica.

Deputado Bradock, estou pedindo a sua atenção, por gentileza.

No dia do acordo, Deputado Bradock, nós votamos a questão Emater e V. Exa. e a Deputada Elza negociaram com este Líder da Oposição, que encerraríamos a obstrução da Sessão e acataríamos a emenda que fala sobre o Fundo de Previdência da Emater. Agora, hoje, estamos na pauta para votar o veto e o Governador vetou a emenda!

Por esta razão quero alertar o Deputado André Vargas. Meu caro Deputado, ouvi a sua posição e o seu pronunciamento. Foi o seu posicionamento naquele dia, na votação - V. Exa. votou contra o projeto e hoje mantém a sua posição. Mas a grande verdade é que alguns Parlamentares desta Casa não votaram contra o Governo naquela data e hoje vão se esconder atrás do voto secreto. É importante que tenhamos atenção nesta questão, que é de fundamental importância, já que o Governo não honra a sua palavra e não honra o seu compromisso - a maior prova está aqui, o Governador escreveu uma carta, em

especial à Gazeta do Povo, que diz o seguinte: Porque votei cinco projetos aprovados pela Assembléia Legislativa e porque vou à Justiça para manter os vetos.

Não acredito mais em nada. Vejam o seguinte, na hora da votação o Líder do Governo foi ao microfone, liberando a Bancada para derrubar o veto. E, agora, o Governo faz uma carta desautorizando o seu Líder! Não dá para acreditar. Não existe mais compromisso. Quando digo Líder do Governo, não estou falando do Deputado Dobrandino. O Deputado Dobrandino estava ausente e o Deputado Bradock foi ao microfone e liberou a Bancada para votar contrário ao veto do Governador e muitos Parlamentares votaram. Eu vi um projeto desses, aqui, que votei com o Governador, na questão da lei florestal - concordo com o Governador.

O que não entendo é essa dissonância, esse desacordo e essa falta de sintonia entre o Governo e a sua Bancada. O Governo escreve uma carta que praticamente acusa a Assembléia Legislativa de agir inconstitucionalmente. Vi aqui o Presidente da Assembléia defendendo a derrubada de um veto a um projeto de sua autoria.

(Corte do som)

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri, que fará uma divisão de seu tempo.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, vou usar quinze minutos do Grande Expediente e quinze minutos solicitei ao Sr. Presidente - que aquiesceu - para que fosse usado pelo Élio Almeida Machado, que é o Presidente da FAPA - Fundação Assistencial Previdenciária da Emater. Vai fazer um mínimo de considerações e algumas explicações aos Deputados, àqueles que porventura não conhecem o que é de fato a Fapa, qual é o seu funcionamento, como estão as contas que estão individualizadas e, obviamente que há considerações a respeito do veto que até agora tivemos a oportunidade de discutir, que é o artigo 9º do projeto da Emater, que está para ser votado hoje.

Antes de entrar no mérito do projeto, gostaria de fazer algumas considerações a respeito de um assunto que também me traz a esta tribuna, que é justamente o processo de exoneração dos professores e funcionários no dia 30 de dezembro deste ano, por uma determinação do Secretário da Educação e do Governador Roberto Requião.

É de conhecimento dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, que esse processo vem acontecendo já há doze anos ou mais, e que alguns dos funcionários que

estão sendo exonerados foram contratados em princípio, no regime celetista por dois anos, e que deveriam, em tese, ser exonerados na sequência. Não o foram e estão sendo agora, mas a polêmica se instala porque não são só os funcionários da área da Educação, mas existem também em outras Secretarias e que, se há uma determinação do Tribunal Superior do Trabalho, se há uma determinação do Ministério Público, deve também ser aplicada às demais Secretarias, que somam alguns milhares de funcionários. A pergunta que faço é: por que não está sendo aplicado também aos demais funcionários?

Não que queiramos, absolutamente! Mas parecidos - e é isso que gostaríamos que fosse esclarecido, inclusive para o Dr. Sérgio Botto de Lacerda - que há dois pesos e duas medidas e por uma razão muito simples: professores e funcionários que estão sendo exonerados agora, muitos deles serão recontratados por um processo, que é o de seleção simplificado, que não tem direito nenhum, que retira férias, retira décimo terceiro, retira qualquer possibilidade de extensão, mas é um processo que já vem acontecendo há alguns anos. A pergunta que se fez nesses quatro dias e que uma série de Deputados estiveram presentes nesse debate, como a Deputada Luciana que esteve lá com representantes, o Padre Paulo esteve presente na Secretaria, eu estive, o Deputado Vanhoni esteve no dia de ontem, o Deputado André Vargas, uma série de pessoas estiveram lá tentando fazer um processo de mediação. E parece-me que através do Presidente desta Casa, hoje se conseguiu avançar e houve uma demonstração - Deputado Vanhoni, o senhor esteve ontem lá e conversamos, inclusive porque ontem, não se sabe exatamente o porquê, mas o Secretário Maurício Requião reuniu todo o seu staff, cerca de trinta pessoas, para uma reunião no domingo à tarde na Secretaria e não tivemos a oportunidade de conversar com o Secretário, e talvez fosse uma oportunidade até de resolver o problema ontem, mas não houve.

De qualquer forma, ontem se colocava claramente que era preciso haver um gesto de boa vontade da APP, dos funcionários e dos professores. Esse gesto existiu, à medida em que se entendeu que era possível se ter uma continuidade nesse processo negocial, para que não tenhamos as quatorze mil demissões - e volto a lembrar aquilo que falei na quarta-feira: temos quinhentos diretores de escolas que, eleitos, serão exonerados. É um contra-senso! Vamos ter quinhentas escolas no Paraná sem diretores, porque eles estarão entre aqueles celetistas que serão demitidos!

Dizíamos naquela ocasião, que era preciso que houvesse uma sinalização nesse sentido. Pois bem. Hoje, o Presidente desta Casa, em contato com o Governo do Estado, conseguiu que avançássemos minimamente naquilo que é direito, ou seja, o pagamento de férias e do décimo terceiro, que são direitos e que estavam sendo negados.

Parece-me que temos que pontuar um pouco as coisas. Sou absolutamente contrário a que se transforme



o aparelho do Estado em aparelho partidário. O Estado é um espaço público que tem por obrigação atender a todos os contribuintes. Não podemos partir para uma discussão que se transforme num debate em que todos perdem.

Então, nesse sentido, acredito que a APP corretamente entendeu qual era o movimento e está aqui para acompanhar a votação do projeto da Deputada Luciana Rafagnin e que vamos fazê-la na sequência, numa Sessão Extraordinária e que certamente, dentro da sua leitura, continuará fazendo aquilo que é a sua obrigação, que é fazer sim, o direito de seus afiliados, com os mecanismos que tiver à disposição e não pode ser diferente. Esta Casa fará a sua obrigação, fazendo a intermediação, para que não tenhamos de um lado, perdedores, e de outro, vencedores, porque nessa situação são todos perdedores.

Quero reafirmar que a Bancada do PT esteve presente durante todos esses dias, por entender que é o seu papel, como é também de outros Deputados que estiveram lá. Não está fazendo absolutamente nada além disso.

Essa é a consideração que faço e, a partir disso, fazer com as Sras. e os Srs. Deputados, o debate a respeito do veto que está apostado para ser votado.

Todos lembram que quando tivemos a votação do projeto, alguns Deputados votaram a favor - dentro de um processo de negociação amplo, que se estabeleceu depois de um longo tempo - porque acreditavam, e algumas coisas que estavam colocadas devem ser cumpridas. Primeiro: a contratação de mil técnicos. Duzentos no primeiro ano, duzentos no segundo, trezentos, quatrocentos, enfim, mil técnicos. Essa era uma das mais fortes argumentações de alguns Deputados desta Casa. Segundo: a remessa em noventa dias, do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, aqui para a Assembléia Legislativa - esse projeto foi votado em agosto. Esses dois primeiros não aconteceram ainda - esperamos que aconteçam; ainda há tempo. Aliás, temos dois dias para que seja remetido o PCS para a Assembléia, mas ainda esperamos que venha. Dois dias é tempo suficiente para se fazer muita coisa, se houver vontade política.

Temos um veto ao artigo 9º que é inadmissível. Por quê? Porque foi feito um acordo entre os Deputados para que não houvesse veto a nenhum dos artigos e obviamente que, se houvesse, seria quebrada a confiança entre os Deputados desta Casa, entre a Deputada Elza Correia, o Líder do Governo, Deputado Dobrandino e outros Deputados que participaram dessa negociação e sabem que não podemos, em absoluto, deixar que um acordo feito para que o projeto fosse aprovado, seja esquecido e colocado de lado.

#### **O Sr. Padre Paulo Campos (PT)**

V. Exa. permite um aparte?

**(Assentimento)**

Quero saudá-lo e parabenizá-lo pelo seu esforço junto à educação e a outras tantas categorias do Estado do Paraná, e saudar a APP que está aqui presente, todos os

professores e funcionários, meu abraço, também à Emater.

É nesta linha de pensamento, Deputado Tadeu, que quero solicitar a todos os Deputados para que votem pela derrubada do veto do Governador no que diz respeito ao artigo 9º do item 14 da Ordem do Dia, porque no mínimo, não estaríamos sendo justos, corretos para com os trabalhadores, porque fizemos um acordo naquele dia e que a Base do Governo, que votou pela autarquização da Emater, votou com este acordo que manteria a Fapa e agora não está mantendo. Quero pedir à Base do Governo e a outros que votaram contra os trabalhadores, ou, se quiserem, pela autarquização, que sejam transparentes, sinceros, cumpram o acordo, votem pela derrubada do veto. Quero pedir também a todos os Deputados para que não meçam esforços.

Deputada Elza, Presidente da Comissão de Educação, Sr. Deputado Tadeu, que já esteve lá e outros Deputados: não meçam esforços para atender ao pedido de quatorze mil profissionais da educação que correrão o risco de terminar o ano de 2005 já desempregados. Isso é muito sério!

Não quero entrar na questão legal, pois a Deputada Elza já a apresentou, mas quero entrar na questão moral, na questão da defesa da vida. É lamentável imaginar que quatorze mil famílias terminarão o ano sem emprego, simplesmente para cumprir uma questão legal que, segundo a APP-Sindicato, é possível conciliar muito bem.

Aqui o meu pedido.

Obrigado pelo aparte.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Concedo aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

#### **A Sra. Luciana Rafagnin (PT)**

Gostaria de endossar as suas palavras, com relação aos dois projetos mencionados por V. Exa., ao referente à questão dos funcionários da Emater.

Nossos companheiros que acompanham a votação, já sabem da posição desta Deputada quanto ao projeto anterior, quando votamos a autarquização e mantemos a nossa posição e acredito que vamos nos somar com muito mais Deputados que se esforçaram e votaram em prol de um acordo que havia com o Governador e hoje, acredito que devem somar nessa questão do veto e votar pela sua derrubada.

Também gostaria de me somar e me solidarizar com todos os companheiros professores que aqui estão, tanto no que diz respeito à sua luta neste momento, à sua defesa pelo trabalho, pelo emprego, como nos direitos sobre a questão das férias e do décimo terceiro, mas também quero aproveitar o momento e chamar a atenção para o projeto que limita o número de alunos em sala de aula e pedir o apoio de todos os Deputados. Estaremos votando em seguida, na Sessão Extraordinária. Esse projeto já recebeu aprovação desta Casa e infelizmente teve o veto

por parte do Governador. Mas, entendemos que agora foram feitas as correções tornando-o mais viável e entendemos que é possível a aprovação nesta Casa e acreditamos que os Pares devem entender e pedimos desde já o voto favorável do Governador, porque as modificações que fizemos vão na linha de que um terço da lei que estamos propondo, que limita o número de alunos em salas de aula, seja colocado em vigor no ano de 2006, um terço em 2007, e um terço em 2008. Isso dá condições para o Governador colocar no orçamento recursos para que possa realmente essa lei entrar em vigor, vamos dizer, a lei entra totalmente em vigor a partir de 2009.

Então, esperamos a aprovação nesta Casa e esperamos a compreensão por parte do Governador, porque assim atendemos nosso professor e estaremos pensando em uma qualidade melhor da educação no nosso Estado.

Desde já peço o voto favorável dos nobres Pares e esperamos que esse projeto seja aprovado e sancionado pelo Governador tendo em vista essa preocupação que temos com a qualidade da educação.

Obrigada pelo aparte! E nos somamos ao seu pronunciamento, tanto nas lutas pela educação, como também na questão da Emater.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Deputada Luciana Rafagnin!

Vou encerrar para podermos ouvir o Élio Almeida Machado, porque como Presidente da Fapa, da Fundação da Emater, é a pessoa que pode esclarecer algumas coisas. Digo isso, Srs. Deputados. Sras. Deputadas, mais uma vez, em absoluto colocando que os Deputados não conhecem, mas talvez aqueles que, como eu, não conheciam em profundidade as questões vinculadas à Emater, o Élio pode esclarecer, porque quando nós falamos com o Vice-Governador Pessuti, ele disse que também não sabia para onde, por exemplo, iria o dinheiro da Emater.

O Deputado Ângelo Vanhoni está pedindo aparte. Poderia só o Élio fazer a sua intervenção e depois nós usaríamos o horário da liderança?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Uso o horário da Liderança do PT.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Então, fica à sua disposição, Deputado.

Por gentileza, Élio. Muito obrigado!

O SR. ÉLIO ALMEIDA MACHADO

Boa-tarde, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas!

Falo neste plenário, na condição de Presidente da Fundação Assistencial e Previdenciária da Emater - Paraná. Uma Fundação em gozo de benefício, após 35 anos ou mais de trabalho doados à sociedade através da Emater-Paraná.

(Lê):

“Nosso propósito não é o de convencer os senhores, mas de lhes dar informações que lhes permitam formar opinião sobre o assunto, pois esta Casa tem massa crítica, reserva de talentos, e representantes do povo que jamais tomariam qualquer decisão de forma a prejudicar qualquer classe de trabalhadores ou segmento da população paranaense, e muito menos ao Estado do Paraná.

Após nossos esclarecimentos, temos a certeza que os senhores prestarão um grande serviço ao nosso Governador, Dr. Roberto Requião, ao derrubarem o veto por ele proposto ao artigo 9º da Lei nº 9.342, pois a base sobre a qual ele se fundamenta para justificar sua decisão, não corresponde com a realidade. Temos absoluta certeza, tivéssemos tido a oportunidade de prestar os esclarecimentos que aqui faremos, ao Sr. Governador, não estaríamos ocupando esta tribuna e nem os Srs. Deputados votando para derrubar o veto.

Nossos esclarecimentos serão breve, e dividiremos em três momentos:

Primeiro Momento: esclarecemos sobre a Base da Fundamentação do veto e o acordo firmado entre o Governo e os trabalhadores da Emater - Paraná;

Segundo Momento: esclareceremos sobre os fundamentos de nossa fundação e passaremos algumas informações relevantes;

Terceiro Momento: esclareceremos sobre as consequências de uma retirada de patrocínio.

Em nosso primeiro momento, pedimos permissão para fazer a leitura de parte dos fundamentos da justificativa do veto utilizada pelo Sr. Governador, encaminhada a esta casa,

*“É de competência privativa do Governador do Estado (artigo 66 inciso II) a iniciativa de lei que disponha sobre: servidores públicos, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva. Esclareça-se ainda, que o gerenciamento do assunto, compete a esta Pasta, em conjunto com a Paranaprevidência, que tratam exclusivamente do Regime Próprio da Previdência dos servidores do Estado do Paraná. Pelo exposto somos pelo não acolhimento do artigo 9º, uma vez que teremos muitos desdobramento para a questão que acabariam dificultando, até mesmo inviabilizando a sua manutenção, sem os devidos cálculos atuariais.”*

Srs. Deputados, a mensagem do Sr. Governador a esta Casa, além de outras justificativas contidas em seu pedido de autorização para autarquizar a Emater - Paraná, deixava claro que os atuais funcionários integrariam um quadro em extinção, devido seus contratos de trabalho serem regido pelo regime da CLT, portanto não poderiam ser transformados em cargos de servidores estatutários, por se tratar de matéria inconstitucional. Já os futuros contratados o seriam pelo regime estatutário.

Portanto, está equivocada a justificativa quando se refere ao afirmar que o *gerenciamento do assunto compete a esta Pasta, em conjunto com a Paranaprevidência,*



*que tratam exclusivamente do Regime Próprio da Previdência dos servidores do Estado do Paraná.*

Os atuais funcionários não terão guarida na Parana Previdência, por serem celetistas, não havendo, portanto, sobreposição de contribuição da patrocinadora e as questões de aposentadoria dos trabalhadores celetistas estão sob as regras do INSS, e a Fapa não é instituição enquadrada juridicamente como de Regime Próprio e sim como Previdência Complementar.

Tem razão o Sr. Governador quando levanta a preocupação sobre a cautela necessária que o Estado deve ter ao referir-se sobre os devidos cálculos atuariais, porém uma vez mais está fazendo falta o diálogo que prestaria todas as informações necessárias, daí a importância de estarmos neste momento aqui, para prestá-las.

Para tranquilizar este Plenário e ao Sr. Governador, queremos lembrar que nossa Fundação, na prática, vem sendo extinta desde 1992, quando ocorreu a última contratação de funcionários pela Emater - Paraná; portanto, desde aquela data só tivemos redução do quadro de participantes e por consequência, o custo para a patrocinadora vem se reduzindo ano a ano, isto porque após o participante requerer sua aposentadoria não há mais contribuição da patrocinadora. Somente este fato já seria suficiente para eliminar a preocupação do Sr. Governador com relação aos cálculos atuariais. Porém, outro fato de muita relevância ocorreu em 2001, quando da migração do então Plano de Benefício Definido que estabelecia o valor que o participante receberia ao se aposentar, vinculado ao teto do INSS, para o Plano de Contribuição Definida - o participante terá seu benefício calculado com base na reserva matemática, que é composta por suas contribuições, as da patrocinadora e as rentabilidades obtidas, acumuladas até a concessão do benefício.

Somente esta migração feita por 100% dos funcionários, sem questionamentos judiciais - inéditos no Brasil - por parte dos participantes, está representando hoje uma economia de mais de 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) aos cofres do Estado.

Os cálculos atuariais mencionados no texto do veto, estão atualizados, Srs. Deputados, até junho de 2005, e a única ressalva que se faz é que teremos que, o mais breve possível, mudar a tábua de mortalidade hoje utilizada, afinal a população do mundo inteiro está sobrevivendo mais tempo, e atuarialmente todos os planos de previdência têm necessidade de monitorar este fato tomando as providências necessárias. Os cálculos realizados por profissionais da atuaria, indicaram a necessidade de aporte adicional da patrocinadora de R\$ 42.000,00 mensais para a mudança da Tábua, sendo que os participantes aportaria a mesma importância.

Ainda neste momento, queremos lembrar que nossa Fundação trata exclusivamente da área de Previdência, não contempla qualquer benefício na área de saúde, embora contenha em sua razão social a palavra Assistencial. A Previdência Complementar foi constituída na Emater - Paraná, como parte de uma política de

recursos humanos, constituindo-se no benefício mais importante para seus trabalhadores, pois nunca lhe foi possível patrocinar um plano de saúde, e nos últimos quinze anos passou a oferecer uma carreira com limitações devido impedimentos legais e de ordem orçamentária, aos seus trabalhadores.

Por este motivo é que quando do processo de negociação dos trabalhadores com o Governo, antes da votação da mensagem de autarquização, em reunião realizada sob a coordenação da Liderança do Governo nesta Casa, foi prometido na presença de vários Deputados, pelo Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto, em nome do Governador, quando perguntado por este que vos fala sobre a manutenção do patrocínio à Fundação no caso da autarquização, o Procurador afirmou categoricamente que não somente a Fapa continuaria sendo patrocinada, mas todas as demais conquistas e direitos trabalhistas também.

O artigo 9º, Srs. Deputados, só foi incluído no texto da Lei 14.832, porque houve um acordo que não tem sentido nenhum ser rompido, principalmente por se fundamentar em interpretações equivocadas.

Iniciando o que definimos de Segundo Momento:

Acreditamos ser fundamental que os senhores conheçam algumas informações relevantes de nossa Fundação:

Nossa fundação completou 24 anos em novembro próximo passado, e sempre teve, nesse período, pontualidade da patrocinadora no pagamento de suas contribuições.

Antecipou-se à própria história jurídica do Brasil sobre Fundos de Pensão, quando já nasceu com contribuições paritárias entre patrocinadora e participante, ou seja, cada real aportado pela patrocinadora o participante coloca o mesmo valor, situação que veio tornar-se lei somente no ano de 2001, com o advento das leis 108 e 109. É de conhecimento de todos que muitas fundações ligadas a empresas estatais chegaram a contribuir até então na proporção de 7 para 1.

Em toda a sua história jamais houve a necessidade de aportes adicionais por parte da patrocinadora, mesmo na mudança de tábuas biométricas, diferentemente de muitas outras fundações, para proceder cobertura de exigíveis atuariais ou por qualquer outro motivo.

Foi constituída com o limite do benefício estipulado em 01 (um) teto no INSS, jamais tendo contemplado a possibilidade de o trabalhador aposentar-se com o salário da ativa.

Neste mês de dezembro de 2005, a Fapa pagou 279 benefícios, totalizando uma folha de R\$ 315.000,00, pagando portanto, um benefício médio de R\$ 1.154,00 ou seja equivalente a 43% do teto atual do INSS.

Para que os senhores tenham como avaliar o que representa para os cofres da Emater as contribuições feitas à Fundação, o valor de contribuição pago pela patrocinadora, neste mês de dezembro foi de R\$ 171.000,00, mesmo valor pago pelos participantes. Cabe lembrar que

mesmo o participante tenha um salário superior a R\$ 4.120,00 este é o limite sobre o qual a patrocinadora contribui, um valor equivalente a 6,80% de sua remuneração.

A idade média dos participantes está em 48 anos. O motivo de a média ser alta é pelo fato de não haver ingressos de funcionários na patrocinadora desde 1992, portanto, como aos 55 anos o participante pode requerer seu benefício, desde que não tenha mais vínculo empregatício com a Emater, em média, daqui a sete anos, da grande massa de participantes estará aposentada.

Em média, nos próximos 5 (cinco) anos deverão requerer o benefício oitenta participantes, fato que reduzirá nominalmente a contribuição a patrocinadora, anualmente.

A Fundação conta com um quadro de sete funcionários, e dois diretores, tendo, portanto, uma administração adequada ao seu porte.

Seu patrimônio deverá encerrar o ano de 2005 com um valor de aproximadamente R\$ 112.000.000,00, valor todo ele devido em benefício ao longo da sobrevivência de seus participantes, sendo que o mais idoso está hoje com 90 anos de idade.

Encerrando, trataremos do assunto definido como Terceiro Momento, prestando esclarecimentos sobre as consequências de uma retirada de patrocínio.

Primeiramente devemos informar que fundos de pensão, de forma equivocada da imprensa, são analisados pelo valor de seu patrimônio, quando deveriam ser analisados pelo lado de seu passivo, que são compromissos sociais, morais e familiares, pois nada pertence à instituição, mas sim, aos seus participantes.

A retirada de patrocínio, cuja concretização legal é orientada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, à qual compete determinar as condições de retirada do patrocinador, tem levado em média três anos, até que seja concluído o processo. No caso da Fapa, a retirada do patrocínio em cálculos aproximados realizados em meados deste ano, apontava a necessidade de a patrocinadora aportar aproximadamente R\$ 18.000.000,00 para que isto fosse possível, valores que se confirmados, deverão ser aportados em pagamento único, cabendo lembrar que o valor estimado de contribuição da patrocinadora até que o último participante se aposente, está calculado a valor presente em R\$ 28.000.000,00, a serem pagos ao longo de 25 anos.

Caso ocorresse a retirada do patrocínio - fato que repetimos acreditar que os Srs. Deputados não permitirão que ocorra evitando um erro jamais cometido por esta Casa - os valores que compõem o patrimônio da Fundação, serão distribuídos de forma atuarial entre os participantes, não cabendo ao Estado, devolução das contribuições da patrocinadora, mesmo porque o patrimônio está contabilizado individualmente na conta de cada participante.

Percebam, Srs. Deputados, o rateio do patrimônio não interessa aos participantes e beneficiários, porque qualquer valor que venha a ser recebido não garante a

solidariedade existente hoje entre elas, quando as reservas deixadas pelos que falecem antes garantem os que falecem após os 76,4 anos de idade, pois o benefício é de renda vitalícia.

Perguntamos. Srs. Deputados, o que será de nossos aposentados, e daqueles que estão próximos a se aposentar, ao verem reduzida sua renda, no momento em que deveriam usufruir uma velhice com certa tranquilidade, após tantos anos de contribuição à sociedade, e vêm seu custo com a saúde aumentar extraordinariamente, e muitos ainda sendo arrimo da família de seus filhos, devido à condição de empregabilidade neste país, tudo porque uma desinformação, ou o rompimento de um acordo levou a retirada de um patrocínio de R\$ 171.000,00 mensais?

Senhores, o valor do benefício médio pago pela Fapa, é de R\$ 1.154,00, é muito pouco, porém ao perder-se essa renda, a dignidade de um trabalhador também vai embora, talvez tendo que se sujeitar à volta ao mercado de trabalho, logicamente no mercado informal, pois sua idade não lhe dará acesso às vagas ofertadas por empresas.

Sem patrocínio haverá conseqüentemente a liquidação da Fundação, e os aposentados que hoje têm seu benefício do INSS médio de aproximadamente R\$ 1.200,00, adicionados à média de R\$ 1,154,00 pagos pela Fapa, permite-lhes, desde que tenham sido previdentes e com sacrifício, adquiriram seu imóvel ao longo da vida laborativa, manterem-se sem qualquer oportunidade de terem uma vida de lazer, mas uma vida de sobrevivência.

Srs. Deputados, os trabalhadores desta empresa patrocinadora, Emater - Paraná, que estará completando cinquenta anos de existência no próximo ano, contribuíram de forma decisiva para que a agricultura deste Estado, que há muitas décadas tem financiado e sustentado o seu desenvolvimento, não podem agora ficar à margem da sociedade, perdendo direitos sobre os quais contribuíram de forma igualitária, tudo por um equivocado fundamento sobre o qual se baseou o veto do Sr. Governador, que temos certeza absoluta, tivesse conhecimento do que aqui esclarecemos, teria assinado a lei sem vetar qualquer artigo. Assim, de acordo com a capacidade que os representantes do povo têm nesta Casa, temos a certeza que ao votarem prestarão um grande serviço ao Governador, e fazendo justiça aos trabalhadores da Emater, votando pela derubada do Veto.

Obrigado.

### ***Horário da Liderança***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Esta casa quer agradecer ao esclarecimento do Sr. Élio de Almeida Machado, Presidente da Fapa.

Liderança do Bloco PTB/PL/PMR.

(Declina)

PDT.

(Declina)

PPS. Deputado Marcos Isfer.

## ***Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer***

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PPS traz no seu horário da Liderança, a certeza aos companheiros da Emater, que irá honrar aquele acordo feito em plenário, quando entendíamos que deveria, sobre todos os aspectos, ser valorizado o servidor da Emater. Dizíamos que não só haveria essa necessidade como teríamos outras, que infelizmente, não tivemos condições de aprovar quando da votação do projeto.

Iremos votar pela derrubada do veto; iremos honrar aquilo que foi comprometido neste plenário. Os votos do PPS, portanto, serão pela derrubada do veto como em outros casos tem sido. Casos, aliás, que são debatidos nesta Casa, que nós temos certeza fazem a prerrogativa do Legislativo.

Temos que, em todos os momentos, estar atentos que o bem comum, o que é o bem público, também passa por esta Casa e não pode ser entendimento apenas de alguém que assessora, que toma decisão, que acha que naquele momento o veto seja o mais apropriado. Nós já tivemos caso, vejo aqui o Deputado Chico Noroeste, de vetos aos projetos seus, que depois de derrubados, acabaram se transformando em bons projetos lá para o seu município de Foz do Iguaçu e região.

Da mesma forma, o PPS reage bastante indignado ao jornal que o PMDB distribuiu nas ruas de Curitiba nesses dias.

Reage indignado, porque já havíamos dito desta tribuna, que não admitimos interferência com os rumos que o Partido adota. Se o Partido é procurado pelas suas propostas, por diversas correntes de diversos outros partidos políticos, não será o PMDB que irá nos colocar "canga" e dizer como iremos nos comportar. Porque em hipótese alguma iremos aceitar de alguém que já disse, em outras oportunidades, que se necessário fosse fazer pacto com o diabo para ganhar as eleições, faria. Não iremos, portanto, aceitar "canga" de ninguém! Seja de onde for e de onde vier! Até porque, dizer pura e simplesmente que os outros partidos têm por objetivo lhe tirar o Poder, têm sim; acho que é este o papel de todo o Partido político. Ter boas propostas e bons projetos. Nós vemos, como já disse, o Estado do Paraná com os piores indicadores sociais. Outro dia era notícia em todos os jornais: "Melhora a expectativa de vida do povo brasileiro". Quando observávamos a estatística dos três Estados do Sul, a pior expectativa de vida é do povo paranaense!

Da mesma forma, nos mesmos jornais falava-se da mortalidade infantil: "melhoram os índices", quando se observava, os piores índices eram, sem sombra de dúvida, os índices do Paraná.

Isso tudo, porque são dois grupos que vêm se alternando no Poder. Há 23 anos! 23 anos que são os mesmos a governar! Ora fazendo acordo branco, ora cor-de-rosa, ora de tudo quanto é tipo.

Nós entendemos que o PPS tem uma proposta e vem discutindo com muita coragem, com muita valentia, levando à população paranaense uma mensagem de Partido, uma mensagem de voto limpo e não seremos, através de jornalecos, desclassificados.

Entendemos sim, que todo esse dinheiro que é jogado em propaganda, que jorra em propaganda, em todos os momentos estamos vendo os seus filhotes, estamos vendo aquele subproduto do dinheiro que é pago às agências, do dinheiro que é pago àqueles que fazem a propaganda oficial. E acabam gerando esse tipo de imprensa, esse tipo de ataque, porque esses ataques são de alguém que sabe que não tem projeto para governar. É de alguém que sabe que nesses quatro anos, vai deixar muito pouca resposta ao povo paranaense, porque o povo está sentindo que não há melhora no Estado do Paraná há muito tempo, embora em alguns momentos estejam de um lado, outros de outro e já estiveram juntos em diversas ocasiões.

Nós queremos novamente dizer, não vamos aceitar, em hipótese alguma, qualquer tipo de "canga" colocada como esta, através de um jornal produzido - tenho certeza - como filhote da propaganda oficial.

Então, o PPS mantém seu posicionamento, sua linha de conduta. E com certeza de que é através desta luta que iremos fazer um Paraná e um Brasil melhores, porque todas as vezes que vemos a polarização de eleições, como se tenta em inúmeros momentos, colocar entre apenas dois partidos que teriam condições de assumir o governo brasileiro, ou apenas um Partido, como se quer colocar aqui no Estado do Paraná, que teria condições de conduzir este Estado, são as piores escolhas, porque são escolhas que não nascem da democratização, que não nascem da participação popular.

Portanto, nós não vamos aceitar este tipo de ataque gratuito, desnecessário, principalmente de pessoas que já fizeram todos os tipos de acordos possíveis quando lhes interessava unicamente o poder pelo poder. Não é isto o que o PPS quer: o poder pelo poder. Queremos o poder para fazer um Paraná com índices sociais diferentes. E é isto que nós lutaremos para realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário destinado à Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

## ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada recebi o jornal do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Curitiba, Londrina e Maringá, onde aparecem denúncias dando conta de que a Companhia de Habitação do Estado do Paraná, a Cohapar, estaria incorrendo em alguns erros e principalmente desrespeitando a legislação trabalhista no que tange à contratação daqueles operários da construção civil, que trabalham na construção das diversas casas através de programa do Governo.

Nós esperamos por uma resposta do Governador; protocolamos, há dez dias, um requerimento ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, para que ele pudesse nos responder, juntamente com a reportagem, um ofício assinado pelo Presidente da Sintracom, Denilson Pestana da Costa.

Passados dez dias, ainda não obtivemos resposta. Subimos à tribuna na tarde de hoje para reforçar nosso pedido para que o Governo tome algumas providências em relação a esses fatos.

A Cohapar propala a economia de 62% em relação ao preço de mercado no que tange à construção de moradias populares no Estado do Paraná. Porém, de acordo com o jornal do Sintracom de novembro deste ano, a ilegalidade é tamanha dentro da questão da contratação desses profissionais da área de construção civil, que o programa do Governo do Estado provoca um verdadeiro rombo no FGTS, no PIS e conseqüentemente no INSS. Segundo este próprio jornal, existe um engodo na construção de moradias a baixo custo no Estado do Paraná. Inclusive, está no site da Companhia de Habitação do Paraná, que só no ano de 2004 foram gerados doze mil empregos em construções de moradias populares em 208 dos 399 municípios paranaenses.

E aí vem dissecado, esmiuçado, de acordo com esta reportagem, que na verdade este programa estaria desrespeitando a legislação trabalhista. Cita, por exemplo, o conjunto Moradias Parque das Dálias, no município de Bandeirantes, no Norte do Estado. Segundo o Sintracom, a legislação vigente é descumprida e existe a informalidade de um grupo de 69 operários, que além de trabalharem sem o devido registro em carteira, estão exercendo as suas atividades em condições precárias, com verdadeiras gambiarras sendo montadas, colocando em risco a vida desses funcionários. Fios amontoados em locais de circulação, enroscados na rede elétrica, operários se equilibrando de forma precária, sem cinto de segurança, e andaimes fora do padrão de segurança. Então, são algumas denúncias que nós estamos trazendo ao conhecimento deste Plenário na tarde de hoje.

O Sr. André Vargas (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero apoiar incondicionalmente o pronunciamento de V. Exa., e quero relembrar três questões que estão sendo discutidas hoje: uma, é a ocupação dos professores, além da garantia do trabalho que está sendo

negociada. A pauta, Deputado Barbosa Neto, era que se pagasse salários, pagasse o décimo-terceiro, o FGTS, enfim, o direito do trabalhador. Ponto dois: vai ser discutido também a questão da Emater, questão do direito previdenciário, que também é um direito trabalhista sagrado. E V. Exa. traz a esta Casa algo que eu conheço, e o Presidente Denilson Pestana, do Sindicato de Londrina e também Diretor da Fetran-Cospar, é um atestado daquilo que de fato ocorre, porque há uma precariedade absoluta da mão-de-obra nos canteiros da Cohapar. O que não pode é o Governo descumprir um direito trabalhista, porque às vezes é esse direito que vai repercutir na economia favoravelmente, à medida em que ele recebe o encargo, as férias, ele pode também devolver, consumindo naquela cidade.

Então, nas pequenas cidades quem está financiando e dando subsídio habitacional é o trabalhador.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Deputado André Vargas.

Ainda sobre esta denúncia cita também o exemplo de operários de São Jerônimo da Serra e de outras cidades do Norte do Estado. E aqui o cálculo que se faz é que, considerando um salário médio de quinhentos reais, que é um valor muito aquém ao pago hoje na construção civil, foram deixados de ser depositados só nessa construção, no município de Bandeirantes, 2.932,50 mensais. Multiplicando esse valor por 12 são 35, 190,00 reais a menos por ano para investimento em moradia. E esse dinheiro acaba saindo do próprio Governo do Estado, que diminui a construção de habitações populares para a própria população. Inclusive essa irregularidade foi confirmada pela investigação do INSS. Temos aqui o número do auto e o valor de 127.418,16 que foi lavrado pelo instituto por ter encontrado 123 operários sem registro em carteira. Acreditamos que não seja do conhecimento do Governo essa denúncia; estamos fazendo de forma responsável porque esperamos, inclusive, pela resposta ao nosso requerimento que foi feito há dez dias. Estamos reforçando esse pedido na tarde de hoje para que o Governo do Estado se posicione e nos dê a sua posição, para saber se tinha ou não conhecimento a respeito dessas contratações irregulares.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Barbosa Neto, nós temos aqui, para colaborar com o que está sendo discutido, que é a questão dos professores, a questão da Emater, o parecer do Dr. Botto de Lacerda, do dia 02 de junho de 2003, com relação aos professores, aos servidores do Estado. Diz ele o seguinte: *Não se pode ignorar no presente caso a boa fé dos servidores que se encontram em situação examinada em relação aos atos praticados irregularmente pela administração pública.* É bom que se diga que esses atos começaram no primeiro governo do Roberto Requião.

E aí vem o parecer dele do dia 2 de junho de 2003: *no caso em tela verifica-se a ocorrência da segunda hipótese que descreve exatamente a aplicação do princípio da proporcionalidade*. Porque ele diz que o direito do Estado em demitir os professores já entrou em decadência, não pode mais. Diz o seguinte: *considerando a boa fé dos interessados, os servidores, a essencialidade dos serviços que eles prestam ao longo período decorrido desde a prática dos atos irregulares, juntamente com o princípio da segurança jurídica, os prováveis danos que decorriam da invalidação dos atos e exames, em contra-posição com os resultantes daqueles da invalidade existente e o princípio da proporcionalidade a ser aplicado, entendo, como Procurador-Geral do Estado, que é possível, excepcionalmente, conforme o exposto, a manutenção da situação dos interessados no estado que se encontra*. Curitiba, dia 02 de junho de 2003 - Sérgio Botto de Lacerda - Procurador Geral do Estado.

Ele diz, no parecer, que os servidores deveriam ficar mantidos como estavam. Que haveria como resolver o problema em função da decadência do direito que o Estado teria em exonerá-los e não o fez em tempo certo.

Agora, não é justo que venha o mesmo Procurador que mandou manter essa situação e pedir a demissão dos funcionários que estão aí com o caos à beira do Natal.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Nós nos somamos também à manifestação do Deputado José Domingos Scarpellini e em solidariedade a esses profissionais que foram contratados em regime CLT e não podem ser prejudicados.

Reafirmo a originalidade do meu pronunciamento em relação a essa denúncia que vem também do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias, da Construção e do Mobiliário de Curitiba, Londrina e Maringá. Que fique registrado na tarde de hoje.

Estamos aguardando uma resposta por parte do Governo, para que ele próprio tome ciência do que está acontecendo na Cohapar e não venha a ter prejuízos, porque direta ou indiretamente é o povo do Estado do Paraná que terá que arcar com essas consequências.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar sobre a febre aftosa. Mas, antes disso, quero perguntar quem é que está pagando esses milhares e milhares de jornais que o PMDB vem distribuindo, tentando desqualificar as denúncias que foram feitas no

Paraná e uma boa parte da grande imprensa, entre elas a Gazeta do Povo, que no horário eleitoral gratuito do PFL foi tudo relatado sobre os problemas que existem no nosso Estado. Desde a estrada que tem buraco até a união política de Roberto Requião com o Presidente Lula. Agora o Roberto Requião brigando com o Lula. Os problemas no Porto de Paranaguá. O problema da febre aftosa, o problema do leite e outros tantos problemas que foram denunciados pela grande imprensa do nosso Estado. E que o PFL, no seu horário gratuito, mostrou aos paranaenses fazendo um contraponto daquilo que é mostrado na imprensa do Paraná, pago em verbas da comunicação social. E o PFL fez o contraponto, mostrou que não é bem aquilo que é vendido pelo Governo que, realmente, acontece no nosso Estado.

Então, queremos saber quem está pagando, porque custa dinheiro e sei que os partidos, na esfera estadual, não têm recursos sobrando para pagar um volume tão grande de jornal da forma como o PMDB está distribuindo no Estado do Paraná. Quem sabe até, não estou aqui denunciando, temos que ver se não é o "Pissetiduto" que está abastecendo alguma gráfica para poder fazer o jornal do PMDB.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, vamos falar da novela da febre aftosa, porque como todos sabemos, esta história está se enrolando por mais de um mês e o final pode ser trágico para os produtores do Paraná.

Depois de muita falação, o Ministério da Agricultura apontou que existe, sim, a febre aftosa a, que o foco da doença foi constatado em uma propriedade em São Sebastião da Amoreira, no Norte do Estado. Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que o Ministério demorou tanto tempo para definir essa situação?

Notem que o problema não foi encontrado em nenhuma das quatro propriedades com suspeita de aftosa, onde o Governo havia concentrado a maioria de suas ações. Por sinal, o Governo está agindo de forma errada, ao nosso ver, desde o começo dessa crise. Em um primeiro momento, o Vice-Governador e Secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, falou, em uma entrevista à rádio CBN, que havia aftosa no nosso Estado, depois ele voltou atrás e falou em suspeita de doença e, agora, o Ministério da Agricultura vem e diz que o nosso gado está com febre aftosa!

Ora, Srs. Deputados, Sr. Presidente, tem que parar com essa história de fazer o povo de palhaço, de brincar com coisa séria! A agropecuária do Paraná já perdeu cento e vinte milhões de reais com essa queda de braço entre o Governador Roberto Requião e o Ministro da Agricultura. O próprio Ministério da Agricultura estima que o País tenha um prejuízo de mais de 250 milhões de dólares nas exportações de carne por causa da crise de aftosa no Mato Grosso do Sul e no Paraná.

O pior de tudo é que o Ministério da Agricultura coloca sob suspeita o trabalho de prevenção à aftosa que é feito no Paraná, porque o Governo entregou a um laboratório não autorizado a análise de sanidade do nosso

rebanho paranaense. Não sou eu que estou dizendo, mas o Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura que denuncia esse problema de que o Laboratório Marcos Inrriet, aqui do Paraná, procedeu às análises de 548 amostras de soro sanguíneo sem o conhecimento e sem comunicar ao Ministério da Agricultura. Isso é crime de responsabilidade!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Plauto, apenas para acrescentar, é importante dizer que esse laboratório que fez os exames não está autorizado para fazê-lo.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Perfeito.

Então, aqui eu digo: o Governo do Estado, no lugar de mandar as análises para um laboratório oficial, mandou para um não credenciado para fazer essas análises. Vejam que a instituição maior, o próprio Governo do Estado do Paraná é que incorre em uma falta grave dessa natureza. Só pode ser crime de responsabilidade, porque isso depõe contra toda política de controle e de erradicação da doença em nosso país. Nunca é demais repetir que essa denúncia é do Ministério da Agricultura.

Por conta dessa postura, a Organização Internacional de Epizootia (OIE) retirou o Paraná da zona livre da febre aftosa com a vacinação no Brasil. Tem mais: a não adoção desse procedimento, como verificado no Mato Grosso do Sul, pode fazer o Estado demorar mais de seis meses para recuperar o *status* sem cortar as garantias sanitárias junto aos países importadores que poderão ser duramente questionados. Mas, não é só o desgaste político que nos preocupa. Veja a situação do produtor de leite, do suinocultor, do pecuarista, dos frigoríficos que empregam milhares de paranaenses e brasileiros e que hoje não sabem o que fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: além de não conseguir vender o seu produto, este pessoal vai perder com a desvalorização do seu produto, como é o caso dos suinocultores que estão vendendo a sessenta centavos mais barato o quilo da carne, levando-se em conta que os suínos abatidos pesam em média cem quilos; o suinocultor perde na base de sessenta reais por cabeça.

Pior situação é de quem tem boi no pasto e que precisa abatê-lo para pagar a conta no final do mês. E os frigoríficos que estão demitindo em larga escala, além dos avicultores que correm o risco de também perder mercado.

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a crise da carne vai estragar o natal dos paranaenses. Tudo porque fomos arrastados a ele por uma sucessão de erros e tudo indica que não vamos nos livrar tão cedo desse problema.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Plauto, estou ouvindo com atenção o seu pronunciamento, muito sério e muito importante para o momento em que vivemos. O que realmente está ocor-

rendo é um terrorismo financeiro-econômico. Dizer-se que o Paraná tem a febre aftosa, interdita-se o nosso Estado e aí não podemos mais comercializar nem abater o nosso gado.

Lembro-me muito bem, lá em Apucarana tinha um frigorífico, Frigorífico Santo Antônio e um dos diretores tinha um parente que era candidato. Começaram a distribuir banha. E aí um outro político foi à rádio da cidade e disse: "Tomem cuidado com essa banha que estão distribuindo, porque não se sabe realmente se ela é de porco ou não. (Desapareceram muitos cachorros).

E com isso, acabou-se a candidatura e a fila para pegar banha no frigorífico.

Aqui, do jeito que está, quem é que vai querer comprar leite ou carne no Paraná?

Mas a briga é de quatro "erres": é o Ministro Roberto Rodrigues com o Governador Roberto Requião. Tinha que se fazer uma marca "4R" e carimbar o boi no Paraná com ela. Eles são os responsáveis por essa crise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo já se esgotou, Deputado Plauto. Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Agradeço aos Deputados Scarpellini e Rossoni e espero que o mais rápido possível os Governos Estadual e Federal achem uma saída, um entendimento equilibrado para que haja uma solução mais rápida porque o prejuízo do produtor paranaense é grande; o desemprego nesta área vem crescendo e quem perde é o povo do Paraná, é a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PT, Deputado Ângelo Vanhoni.

## ***Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ontem à tarde, compareci na Secretaria da Educação onde os professores e funcionários dessa área estavam acampados. Acampamento este, fruto da tentativa de uma negociação em relação a uma pauta que é pública, a respeito do processo de demissões de professores e funcionários que foram contratados temporariamente nesses últimos anos.

Também estive presente numa reunião com o Secretário ontem à tarde, discutindo assuntos de interesse da Secretaria.

Mas, enquanto participei, discutimos a pauta de reivindicações, junto com o Secretário e o seu corpo técnico. Em contato com as lideranças, funcionários e mem-



bro do governo, uso este horário para fazer uma requisição. Mesmo reconhecendo que vários Deputados e, em especial, a Comissão de Educação, com a Deputada Elza como Presidente, vêm trabalhando na busca de superar os problemas, gostaria, Deputada Elza, que a senhora liderasse, porque pelo que sei, nenhum centavo devido a qualquer funcionário público em contratação temporária deixará de ser pago. A única que não será paga é aquela multa de 40% - prevista na CLT -, mas que não poderá ser paga por uma imposição legal.

Além disso, a informação que tenho, por parte da estrutura do Governo, é que para todos os cargos necessários serão recontratados, a partir de fevereiro, professores e funcionários, à administração do Estado do Paraná. Mas, como há uma divergência e também questões que não essas entre a pauta e os problemas que APP identifica nesse litígio com o Governo, quero me colocar à sua disposição para engrossar a Comissão de Educação e ajudá-la na busca de um entendimento entre a direção da Secretaria de Estado da Educação e a direção da APP, porque todos nós sabemos, nesses últimos tempos que o imbróglio aconteceu; há um distanciamento por parte dessas duas instituições e podemos contribuir para proceder uma reaproximação entre essas duas entidades.

Sabemos que o governo estadual preza os professores. Todos somos testemunhas de o quanto o governo vem fazendo. É pouco? É pouco. Precisa fazer mais? Acho que precisa. Acho que a senhora, como Presidente da Comissão de Educação, pode nos representar junto ao Governo, à APP, para que possamos abrir um canal de negociação.

Quero me colocar à sua disposição e acho que os Deputados da Bancada do PT: Stica, Tadeu Veneri, Elton Welter, André Vargas, também.

Gostaria de fazer um apelo ao PMDB, em especial ao Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que nos ajudasse com o seu prestígio e com a sua experiência, para que nesse final de ano possamos de uma forma positiva, superar esse litígio pequeno - que existe e que precisamos reconhecer - entre a APP e a Secretaria de Estado da Educação. Há boa vontade de ambas as partes e se nós ajudarmos, será possível construir o entendimento. Quero dizer aos funcionários da Emater que fui testemunha do acordo proposto, na época, - foi na liderança do governo - e que a posição que vocês defendem é razoável. Podem contar com o nosso apoio, na discussão do veto que o Governador pensou ao projeto. Espero que seja respeitado aquilo que foi acordado com a categoria, em uma reunião que durou mais ou menos duas horas.

Eram essas as minhas falas, o meu posicionamento.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

Como diz o Senador Mão Santa: "Atentai bem"! Quando você ouve o pronunciamento dele no Senado, ele sempre diz: "Atentai bem"!

Sr. Presidente, corre no plenário que hoje pela manhã a Assembléia Legislativa recebeu o Secretário do Planejamento para mudar os percentuais que foram aprovados na Comissão de Orçamento, na última quarta-feira. Não vejo aqui o Presidente nem o relator da Comissão de Orçamento. Sei do que foi aprovado na Comissão na última quarta-feira. O que estou sabendo aqui é que, com a vinda do Secretário do Planejamento, hoje pela manhã, está se mudando a Ata e o que foi aprovado.

Quero fazer um alerta aqui ao Presidente e ao relator da Comissão de Orçamento: se em uma eventualidade isso estiver ocorrendo, eu não aceitarei essa situação.

Vejo que o Deputado Marcos Isfer veio ao microfone e acredito que é para pedir um aparte e lhe concedo, porque entre a dúvida e a esperança que isso não tenha acontecido, ouço sua palavra.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Deputado Rossoni, importante V. Exa. trazer esse assunto, até porque queríamos, ainda hoje, votar o Orçamento e, naturalmente, estaríamos discutindo o assunto.

Hoje pela manhã estiveram nesta casa o Secretário do Planejamento, acompanhado do Coordenador, e vieram pleitear ao Deputado Ademir Bier, a nós e a outros Deputados que houvesse alguma alteração com relação aos percentuais. Nós dissemos que não poderíamos realizar nenhuma alteração sem que fosse ouvida a Comissão como um todo.

Nesse momento o Deputado André Vargas também foi chamado. O Presidente da Casa, Deputada Hermas Brandão, fez contato com o Deputado Durval Amaral, através de telefone, e conversamos agora há pouco, com os Deputados Barbosa Neto e Traiano, explicando-lhes.

Na verdade, havíamos feito uma alteração em que todos os remanejamentos só seriam possíveis através de projetos-atividades. Por parte do Secretário do Planejamento veio o pleito que 5% de uma obra realmente é um valor bastante pequeno para ser modificado. Então, pleiteava que fosse para 20% e nós dissemos que não haveria a menor condição, até porque a disposição desta Casa era, conforme Emenda apresentada pela Oposição, inclusive a supressão desses itens e que esse era o pensamento de alguns Deputados e que não havia como, porque nós entendíamos que não poderia ser engessado o Orçamento, mas entendíamos, por outro lado, que esta Casa não deveria ficar, como ficou nos últimos anos, sem ter uma participação efetiva na execução do Orçamento.

Dessa negociação, da conversa realizada com os Deputados citados, tive depois a oportunidade de falar

com o Deputado Barbosa Neto, que não estava aqui pela manhã e também com o Deputado Traiano, e soube que o Deputado Bier conversou com o Deputado Duílio Genari, nós dissemos o seguinte: por exemplo, uma obra de quinze milhões, se ela pode ser suplementada até 25% no seu contrato aditivo, nós não iríamos impedir que isso ocorresse até 10%.

Então, apenas a modificação que ocorreu foi neste sentido, de 5% para 10%. Manteve-se 2% do Orçamento de forma geral por projeto-atividade, conforme era a Emenda também aprovada, que fazia parte do artigo 13, II, e somente no IV, V e VII, se V. Exa. tiver aí o Substitutivo, poderá apreciar, foram modificados esses índices de cinco para dez, o que, temos certeza, não prejudica os trabalhos da Assembléia e foi uma consideração feita dentro da Comissão na forma que nós conseguimos alcançar.

Então, é importante que se traga o esclarecimento. Eu iria fazer essas esclarecimentos todos hoje no encaminhamento do Orçamento, mas como infelizmente o relatório do próprio Orçamento só ficou pronto de madrugada, e a gráfica da Assembléia não teria condições de rodar sessenta conjuntos, que são em torno de mil páginas, nós deixamos a votação para amanhã. E quando fosse encaminhar, eu faria a explanação. Mas, como V. Exa. abordou o assunto, presto-lhe contas.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. não tem nem a obrigação de prestar contas. Mas, gostaria apenas de fazer uma pergunta, já que V. Exa., Deputado Marcos Isfer, está falando pela Comissão de Orçamento, a informação que tenho, porque eu era autor de emendas nessa questão, nesse artigo, e a informação que tenho é que na última reunião, foi votado. Se foi votado e aprovado, não poderá mais ser votado, pelo menos entendo desta forma. Se em uma eventualidade - e a informação que tenho da minha assessoria é que foi votado - como Parlamentar, sinto-me desrespeitado. Desrespeitado porque se a Comissão se reuniu em hora marcada por convocação, foi aprovado, foi elaborada Ata, não é possível porque o Secretário veio aqui e agora nós mudamos um artigo, porque não muda em nada.

Não! Muda, sim, senhor!

Quero discordar de V. Exa., nós não podemos agir desta forma!

#### O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Só para esclarecimento de V. Exa., não foram totalmente votadas porque hoje haveria uma reunião às 10h00 para a votação final do Substitutivo. Como alguns Deputados não estariam presentes, apreciamos todos os itens, colocamos em votação e por acordo, foram decididos os índices. Como foram decididos por unanimidade, entendemos também que hoje, havendo a grande maioria dos Srs. Deputados, poderíamos ter o mesmo entendimento. Temos, à frente da Comissão, como relator, buscado o entendimento. Entendo o que V. Exa. coloca, acho que tem uma boa parcela de razão.

Agora, é importante que se ressalte que nada foi feita à solapa, nada foi fora do normal; havia uma reunião, sim, convocada às 10h00, para que tivéssemos acesso às assinaturas, para que pudéssemos mandar à publicação. Estava, inclusive, convocada para às 10h00 de hoje.

De qualquer forma, nós tínhamos quatro membros naquele momento; em uma comissão de sete, os quatro membros acordaram que poderia ser desta forma. Mas acho que amanhã ainda teremos condições, se for o caso, de irmos a plenário para votarmos de forma diferenciada.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Marcos Isfer, eu não consegui, desculpe-me, talvez me falte um pouco de intelectualidade para entender a explicação de V. Exa. O que estou colocando é o seguinte: houve uma reunião da Comissão de Orçamento, houve uma aprovação pela sua maioria, por unanimidade, deve ter sido elaborada uma Ata, é de costume desta Casa colher as assinaturas depois da Sessão. E agora essa nova reunião de hoje pela manhã, eu não tinha conhecimento.

#### O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Havia a convocação para todos os membros, todos foram convocados para essa reunião hoje às 10 horas da manhã. Todos tinham conhecimento disso. Nós sabíamos, já por declaração antecipada de alguns Deputados, que eles não estariam presentes, tanto que dissemos: vamos adiantar o trabalho, já vamos decidir como é que fica o Substitutivo. E confesso ao senhor, realmente chegamos a essa decisão pelos 5%, era a decisão unânime, e hoje decidimos para 10%.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, devo encaminhar à Mesa uma Questão de Ordem porque não é possível que na reunião da Comissão de Orçamento - desculpe extrapolar um pouco o tempo - nas palavras do Deputado Marcos Isfer, aprovou-se por unanimidade as emendas, num acordo, até elogio a atitude do relator de levar a bom termo, no entendimento. Agora, o que não posso compreender é que o que foi aprovado agora foi desaprovado! Então, esquece-se tudo que foi aprovado e vamos mudar!

Eu encaminharei à Casa uma Questão de Ordem, até o final da tarde, para que antes de votarmos o Orçamento eu tenha o posicionamento desta Casa, porque isso não pode acontecer! Nós temos que respeitar o Regimento Interno e as decisões da Comissão! E por esta razão, eu me sinto na obrigação de quem teve emendas recusadas pela Comissão de Orçamento, mas acatadas por este Parlamentar, porque tinha sido feito um entendimento. O que foi aprovado está aprovado, não existe esta história de entendimento no que foi aprovado!

Considero que a reunião da Comissão de Orçamento foi sacramentada! Eu só espero que não mudem a Ata porque eu estou...



O Sr. **Ângelo Vanhoni (PT)**

Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu já estou com o meu tempo esgotado.

O Sr. **Ângelo Vanhoni (PT)**

Só queria saber, quem são os Deputados da Comissão de Orçamento?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu não tenho obrigação de responder a esta pergunta, até porque...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a V. Exa. que conclua.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não tenho essa obrigação, só tenho a obrigação de exigir o respeito ao Regimento Interno desta Casa.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero colocar que a intenção nossa não é desrespeitar o Regimento, muito pelo contrário, a Comissão de Orçamento fez um trabalho, esses anos todos, dignificando a Assembléia Legislativa.

Nós não estamos votando o Orçamento hoje; estamos convocando uma reunião para amanhã cedo, às 9h00, com todos os membros, e apresentar, oportunamente, esse parecer para ser votado em plenário!

Eu não entendo dificuldade nenhuma nessa questão, muito pelo contrário. A nossa secretária, Ana, está fazendo o expediente convocando a Comissão para amanhã às 09h00, como temos feito costumeiramente. Acho que neste mês de novembro já nos reunimos mais de vinte vezes até poder fechar o Orçamento, o que pretendemos fazer amanhã.

Entendo a preocupação do Deputado Rossoni, mas pode ficar tranquilo que a Comissão de Orçamento vai desempenhar o seu papel.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o mesmo artigo usado pelo Deputado Bier no encaminhamento da Questão de Ordem, eu faço uso.

Quero dizer que jamais coloquei em dúvida a seriedade da Comissão, apenas fiz um questionamento e espero obter a resposta, porque o conhecimento que tenho é que já tinha sido aprovado pela Comissão de Orçamento. Não estou colocando em dúvida, mas amanhã poderei colocar, se acontecer a mudança da Ata, vindo com outro número que não seja aquele que foi aprovado pela Comissão. Aí eu questionarei, sim.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, baseado no mesmo artigo do Deputado Rossoni e do Deputado Bier eu venho pedir a esta Casa que dê um voto de confiança ao nosso grande Deputado Bier que tem contribuído muito pelo engrandecimento da Comissão de Orçamento como também devemos dar um voto de confiança ao Deputado Rossoni pelas colocações feitas, e que cheguem a bom termo amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário da Liderança do Governo, Deputada Elza Correia.

### ***Liderança do Governo: Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, eu me obrigo a voltar a um tema que já foi objeto de minha fala, no Pequeno Expediente, Agradeço ao Deputado Vanhoni por sua colocação ponderada, tranqüila, serena em relação a todos os acontecimentos relativos aos nossos companheiros da educação. Essa Deputada tem como profissão, professora. Cargo político não é profissão. Sou professora de história. Portanto, quando assumi a Presidência da Comissão de Educação o fiz com a responsabilidade fundamental de fazer todos os esforços e trabalhar na direção para que as demandas, as pautas e os direitos da categoria fossem respeitados. E assim tenho me pautado e vou continuar fazendo isso.

Portando, houve no Pequeno Expediente algumas falas que deram a impressão que esta Deputada não tem participado do processo de discussão com a APP, nem com os professores e que eu não estaria comprometida em resolver a questão. Restabelece a serenidade na fala do Deputado Vanhoni. E eu queria dizer que estivemos lá, é bom que se diga, também o Deputado Pedro Ivo e o Deputado Artagão, conversando com o Secretário e com a APP. E reitero: está marcado para amanhã às 14h00, uma reunião com os técnicos da Secretaria e às 15h00 com o Lemos, Presidente da APP. São várias as questões que estão pendentes na pauta de reivindicação na Secretaria. Temos cobrado, vamos continuar cobrando e insistindo para que as respostas sejam encaminhadas. Muitas questões já foram resolvidas, outras não.

Em relação à minha leitura, aquela informação da Secretaria da Educação, foi apenas para dizer que a principal reivindicação feita pelos professores foi a reintegração daqueles funcionários que não passaram no concurso público. Isto é impossível. A não ser a contratação posterior, conforme a necessidade, priorizando esses companheiros e companheiras que têm um acúmulo de experiência e que seria fundamental a sua continuidade na Secretaria da Educação.

As questões relativas aos pagamentos tanto do décimo-terceiro que foi pago no dia 09 e as férias proporcionais que serão pagas no dia 21 foram resolvidas. O que não pode ser pago, e já foi colocado pelo Deputado Vanhoni, é a multa de 40% da rescisão dos contratos. Isso é impedimento do Supremo Tribunal do Trabalho.

Então, é preciso que fique claro que a tentativa de pinçar esta Deputada do processo e dizer que a Comissão de Educação nada está fazendo, não procede. Conversei com o Secretário Reinhold Stephanes, que esteve aqui para discutir o Orçamento, e perguntei a ele sobre as questões dos professores e as explicações já foram dadas. Não foi uma reunião convocada por Deputados para discutir educação, porque se assim o fosse, esta Deputada teria que ser convocada como Presidente da Comissão de Educação.

Então, é preciso que se restabeleça a tranquilidade, a serenidade. E alguns companheiros que dizem que não vão usar esse palanque para questão partidária, estão fazendo exatamente o contrário.

Portanto, não preciso e nem chamo para mim méritos que não tenho, mas me aborreço quando há uma tentativa de desqualificar o trabalho desta Deputada. Não deixarei. As ações das quais não participo eu me calo, mas aquelas em que estou lutando sistematicamente desde que assumi na Assembléia, não vou abrir mão de me incluir no rol de Deputados que têm compromisso com a Educação. O Lemos sabe disso, o Paixão também, vários companheiros sabem disso. Então é preciso que se restabeleça essa serenidade nessa discussão.

A outra questão...

#### O Sr. Valdir Rossoni (PBSD)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Deputada Elza, quando V. Exa. terminar de falar sobre essa questão da educação, eu gostaria, se possível, de colocar uma questão que participamos aqui nesta Casa, da Emater, porque este foi o fruto de um acordo com a sua participação.

#### A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Entrarei agora nessa questão.

Quero deixar muito clara essa questão da educação. Em relação à questão da Emater, quero dizer o seguinte: participei da reunião no Salão Nobre, junto com outros Deputados, com o Procurador, Dr. Botto, e que naquela momento, alguns pontos foram discutidos em relação à Emater. Essa Deputada foi vaiada solenemente por mais de trezentos funcionários que estavam aqui, quando defendi a autarquização da Emater. Talvez tenha sido uma das Deputadas ou a única Deputada que defendeu veementemente esta proposta e ela foi defendida porque eu estava e estou convencida que a autarquização será a melhor saída, mas também amparada por alguns pontos que foram discutidos, de acordo com o Governo. Falei há pouco com o Procurador Botto, porque naquele

momento, ficou claro para esta Deputada, entre outros pontos, que seria mantida a Fundação Assistencial Previdenciária da Emater, como ponto de pauta para a nossa discussão. O Procurador nos disse que este acordo continuaria valendo, Deputado Rossoni. Entretanto, o Poder Executivo responsabilizar-se pelo patrocínio deste plano, é impossível juridicamente. Naquele momento, disse a ele que essa questão deveria ter sido colocada, ou que o artigo 9º fosse redigido de acordo com o entendimento que tivemos lá. Então, com todo respeito, com toda consideração, como signatária do nosso programa de Governo, como signatária do projeto de Governo que eu tenho sido uma das maiores defensoras, nesta questão, eu quero deixar claro que me sinto legitimada em colocar aqui que houve esse acordo através do Procurador Sérgio Botto, naquele momento, naquela reunião.

Portanto, é preciso que essas coisas fiquem bem claras para não dar a impressão que falamos uma coisa e fazemos outra. Se eu subi nesta tribuna e defendi aquela proposta, é porque me senti amparada pelo acordo que houve no Salão Nobre.

É por isso que me sinto na obrigação de usar esta tribuna, Deputado Rossoni, para fazer essas considerações. É preciso que tenhamos a mesma postura em qualquer circunstância. Se vim aqui e fui vaiada naquela momento, defendendo aquela proposta, sinto-me legitimada em falar isso com o Líder do Governo, que viria à tribuna para dizer que fez parte daquela reunião e que esse item fez parte, sim, daquele acordo.

Portanto, acho que "o que é combinado, não é caro". Isso estava devidamente discutido e foi colocado na reunião da qual não ouvi dizer. Participei.

(Assume a Presidência,  
o Sr. Deputado Hermas Brandão)

### *Ordem do Dia:*

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, projetos de lei em número de dois, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3983, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para viajar a Brasília nos próximos dias 15 e 16 do corrente mês, a fim de participar de

audiência no Ministério do Meio Ambiente, Câmara dos Deputados e Procuradoria do Incra, acompanhado do Secretário da Comissão, Osni Calixto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3988, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Prejudicado.**

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre o Programa de Apoio às Pessoas com Psoríase, conforme estabelece. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ e também uma emenda da CCJ.

Em votação a emenda da CCJ.

**Aprovada.**

Em discussão.

Em votação a emenda de Plenário.

**Aprovada.**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, alterando artigos da Lei nº 12327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito do Estado do Paraná - Detran. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciar o Substitutivo Geral da CCJ.

Em votação o Substitutivo Geral.

**Aprovado.**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, estabelecendo em dois anos o período de alienação de veículo para utilização como táxi, adquirido com benefício tributário do Governo Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR

NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciar a emenda aprovada em 2ª discussão, também com a emenda da CCJ.

Em discussão a emenda da CCJ.

Em votação.

**Aprovada.**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 745/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/2005, alterando dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14260/2003) e aprova Tabela de Valores Venais para o cálculo do referido imposto, referente a 2006. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Com emenda da Comissão de Finanças.

Apreciar a emenda aprovada em 2ª discussão.

Em discussão a emenda.

Em votação.

**Aprovada.**

Para Encaminhar, Deputado Dobrandino da Silva.

#### **O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Essa emenda ao projeto de lei do IPVA, está promovendo benefícios aos donos de veículos que não tiveram multas dentro do ano vigente. Eles terão o benefício de 15%, que poderá chegar a 20%.

Sr. Presidente, estive falando com os Srs. Deputados a respeito. O IPVA arrecada anualmente por volta de setecentos milhões, sendo que 350 milhões são para o Governo do Estado e 350 milhões são partilhados com os municípios do Paraná, de acordo com o número de veículos de cada município.

Fui ao Detran hoje e constatei que cerca de 90% dos municípios do Paraná não são atingidos por nenhum tipo de multa, por nenhum tipo de controvérsia no trânsito. Quer dizer que 90% dos proprietários de veículos vão ajudar a reduzir a arrecadação, que é dividida com outros município e que terá uma perda significativa para os municípios.

Falei com a Casa Civil e pediram que recomendássemos aos Srs. Deputados que essa emenda não fosse aprovada. Alguns prefeitos já me ligaram, porque terão uma considerável perda de receita. Eu diria mais: é obrigação do dono de veículo não ser multado no trânsito, não precisa receber por isso!

Então, queria pedir à Base de Apoio do Governo, para que rejeitemos essa emenda e aprovemos tão somente o projeto, sem a emenda.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para Encaminhar, o Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na verdade, a Comissão de Finanças aceitou um pedido formulado pelo Deputado José Domingos Scarpellini e pelo Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão.

Tramita um projeto nesta Casa, de autoria destes dois Parlamentares - está nas Comissões - que visa estender esse benefício aos proprietários de carro que não tenham multa no seu registro no ano anterior ao pagamento do IPVA. Acolhemos a sugestão apresentada pelos Deputados Hermas Brandão e José Scarpellini, para que, na Comissão de Finanças fosse feita uma emenda, trazendo esse benefício aos proprietários de veículos.

Sabemos que existe um desconto do IPVA aos proprietários de veículos que fazem o pagamento à vista, bem como para quem faz o pagamento parcelado, mas em dia. Sabemos que no governo passado já tinha um desconto de até 30% - até mais - depois foi reduzido. Inclusive, fomos criticados e o governo também, quando retirou um percentual desse desconto sobre o IPVA. E nós entendemos, Deputado Dobrandino, que isso não causaria um grande impacto, porque dificilmente encontramos algum veículo que não tenha alguma multa aplicada pelo Detran do Paraná ou nos grandes municípios onde o trânsito, o estacionamento é regulamentado pelo próprio município.

Entendo que isso até seria um incentivo a mais aos proprietários de veículo cuidarem para não serem autuados. E o grande beneficiado, além de ser o proprietário do veículo automotor do Paraná, também seria um benefício à sociedade como um todo, porque ele cuidaria para não receber a multa. Primeiro fato: porque ele seria penalizado. Segundo fato: a própria sociedade, as pessoas que andam nas rodovias do Estado do Paraná.

Esse benefício de 10% do IPVA seria para o proprietário, para o veículo que não tivesse sido autuado no ano anterior ao vigente. No caso de não ter sido autuado nos dois anos anteriores, o benefício seria de 15% e nos três anos anteriores seria de 20%.

Entendemos, Deputado Dobrandino, que não é uma idéia dos membros da Comissão de Finanças. Apenas aceitamos a sugestão, e transformamos o projeto que tramita na Assembléia para incorporá-lo na lei do IPVA, uma vez que para que se possa aplicar esses incentivos e que possa ser aplicado e cobrado do IPVA, faz-se necessário a aprovação da lei anterior, que é uma matéria tributária.

E é por essa razão, Deputado Anibelli, Deputado Scarpellini, que aceitamos a sugestão e a transformamos numa emenda. E a Comissão de Finanças a apresentou - inclusive, numa reunião em Cascavel, o Deputado Ademir Bier estava presente, falamos à sociedade do Oeste do Paraná que era uma idéia do Deputado Hermas Brandão e do Deputado Scarpellini.

Então, não vejo, Deputado Dobrandino, com todo o respeito que lhe devoto, com todo o prestígio que V. Exa. tem na Assembléia Legislativa, não vejo maiores

preocupações. Por que não beneficiar também os proprietários, os veículos, que não tenham sido autuados, através dessa emenda?

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, foi de nossa lavra, minha e de V. Exa, Presidente desta Casa, o projeto de lei que concede um benefício ao motorista, ao veículo que, durante um ano não cometa, através de quem o dirige, nenhuma infração. Assim sendo, seria uma maneira educativa o nosso projeto, além do que beneficiaria, do ponto de vista financeiro, aqueles que obedecem a lei, aqueles que querem viver de uma maneira social, tendo uma conduta mais inteligente, uma conduta mais civilizada em não praticar no trânsito as infrações, as multas que por conseguinte, são geradas em função dessas infrações.

Nós fomos - e esta Casa autorizou - ao Rio Grande do Sul. Eu, a pedido do Presidente Hermas Brandão, fui à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, e lá verificamos aquele projeto que se transformou em lei entre os gaúchos, e já está em vigor há cinco anos no Rio Grande do Sul. E lá, também, Deputados da Oposição, diminuí relativamente alguma coisa, algum "toco de vela", como se diz na expressão mais popular, a arrecadação para o Estado e para os municípios. Mas, 95% da população gaúcha aprova esta lei. Inclusive os municípios do interior, passaram, em função disto, a ter uma participação menor na receita oriunda do pagamento deste imposto, do IPVA. Mas, a questão educativa que restou ao povo gaúcho em se portar melhor no trânsito porque seria beneficiado com algum dinheiro, vidas humanas foram poupadas - diz aqui o ilustre Deputado André Vargas - e com certeza foram, porque se educou e conduziu melhor o trânsito e o motorista, lá no Rio Grande do Sul.

E por que não fazermos no Paraná também isto? Se nós estivéssemos lançando uma lei que fosse novidade a nível de Brasil, aí ficaria uma dúvida, mas o Rio Grande do Sul já fez a experiência. Experiência sadia.

Vejam bem, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados: nós estamos vendo o Detran abarrotado de dinheiro. Sobrou mais de 200 milhões de reais este ano. No entanto, estamos concedendo ou procurando dar através desta emenda que a Comissão de Finanças proporcionou a este projeto, o desconto de 10% para o não infrator no primeiro ano, 15% no segundo e 20% no terceiro ano.

Isto vai diminuir em pouco a receita do Detran. Este ano mesmo, a Assembléia votou a transferência de recursos do Detran em mais de 180 milhões de reais. O Detran contratando empresas para pintar ruas nos municípios do interior do Paraná, contratos que sabemos muitas vezes são até desnecessários o Detran fazer; o Paraná deveria repassar o dinheiro para que o município fizesse.

Ora! Nós não estamos propondo uma experiência. Nós estamos propondo uma lei que já está consolidada a nível de Rio Grande do Sul. E que o Governador do Rio Grande do Sul à época, seis anos atrás, entrou com uma

ação direta de inconstitucionalidade e perdeu no Supremo. Então, também a desculpa da inconstitucionalidade não vale, porque já existe o caso julgado no Rio Grande do Sul.

Agora, querem ver o Detran, o ano que vem, com 200 ou 300 milhões de reais em caixa e não querem uma medida sócio-educativa como esta, que vai beneficiar diretamente a população ordeira, a população que obedece à lei, a população que vive de uma maneira mais educada no trânsito.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de a Bancada do Governo estar unida em torno da reprovação desta emenda, nós vamos manter nossa posição e esperamos que o próximo Governador, - porque vamos fazer novamente esta lei andar - venha cumprí-la, porque acredito que todo o bom senso deve prevalecer. E nós acreditamos que esta lei, mesmo não sendo aprovada agora, ela será um dia e passará a vigorar no Paraná, assim como passou a vigorar lá na terra e lá nos pampas gaúchos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a boa intenção do Deputado Scarpellini e de V. Exa. nos leva até a pensarmos para o futuro, porém agora nós não podemos aceitar os argumentos do Deputado Scarpellini em que elogia o Detran por ter duzentos milhões em caixa por uma administração séria, de um Governo sério. E esta Casa, Deputado Scarpellini, tem através da lei, destinado, com o aval de todos os Deputados, inclusive de V. Exa., para que esse dinheiro tão bem economizado seja usado na reconstrução das estradas do Paraná.

Veja V. Exa. como é bom governar com seriedade, usando o dinheiro público em prol dessas estradas que estavam praticamente acabadas. A sua sugestão é boa. Eu acho que nós não podemos aceitá-la de imediato porque iremos reduzir a arrecadação dos municípios. E os municípios nossos, V. Exa. que foi Prefeito de Apucarana, que é um municipalista, como o Deputado Hermas Brandão que foi Prefeito de Andirá, que preside a nossa Casa, e que também é municipalista, como acho que quase todos, 100% dos Deputados são, nós não podemos, depois do arrocho que o Governo Federal tem feito em cima dos municípios, mais uma vez apertarmos o Paraná.

Então, peço que a bancada de apoio ao Governo vote pela derrubada da emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, os raciocínios, são feitos de acordo com o interesse do interlocutor. Ouvi um dos raciocínios do Deputado Anibelli, diz que votaria contrariamente a um projeto com esse caráter educativo, com essa emenda importante da Comissão de Finanças, porque isso significa um sacrifício dos municípios por conta do suposto arrocho ocorrido do Governo Federal em cima dos muni-

cípios. Eu queria informar ao Deputado, primeiro que as receitas do FPM, contrariamente do que se diz por aí, porque às vezes o Deputado se pauta pelos jornais, são da ordem de 14% o crescimento do repasse do FPM. Na verdade há uma ausência inclusive do Governo do Estado em relação ao transporte escolar, e se verifica. Verifica-se também uma ausência do Governo do Estado em relação aos 12% da saúde. Se é verdade que os recursos só aumentaram nesse período não é verdade que cumpre a Constituição, aliás, meio bilhão da saúde paranaense, que o Requião tem anunciado, outro dia o Deputado Rafael Greca reconheceu aqui que daquele um bilhão de reais anunciado nos out-doors, quinhentos milhões viriam do Governo...

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)**

Depois do....

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Sr. Presidente, eu estou encaminhando, não é o Deputado Dobrandino que vai dizer o que eu tenho que falar! deixa de ser truculento, Deputado!

Sr. Presidente, apresento aqui um raciocínio. Não será "coronel" de Foz do Iguaçu que vai me impedir de falar o que quero. Eu tenho a minha posição, estou argumentando em cima da minha posição, respeito V. Exa., e exijo respeito. Mais do que isso Sr. Presidente...

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Eu não tenho medo de grito, não, fique tranqüilo.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu peço a compreensão dos Srs. Deputados. Estamos no final do ano, até agora foi muito tranqüilo, não é na última semana que nós vamos desvirtuar os nossos trabalhos.

Asseguro a palavra ao Deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Eu estava aqui acompanhando atentamente os argumentos, e argumentos você pode perfeitamente discordar. Não sei se é permitido ainda, do ponto de vista de alguns que convivem na política, convivem com o contraditório, aqui parece que tem gente com muita dificuldade. Mas, eu falava, dialogava um pouco com os argumentos do Deputado Antonio Martins Anibelli, com quem eu mantenho as melhores relações, apesar das divergências, e não interditei a palavra dele, mesmo que discorde. Então, qual é o meu raciocínio?

Haverá, segundo a emenda, a redução drástica de investimentos também na área da saúde, com relação à mortalidade no trânsito, como todos sabem que é um dos itens que mais matam, não só no Paraná, mas no Brasil, infelizmente, pelo caráter desumano do nosso trânsito. Que esse projeto venha atender uma expectativa da cidadania paranaense. Mas, penso ainda que poderíamos

aprovar essa emenda, porque, de acordo com o autor que já dialogou com secretários, teríamos uma redução de impostos para aqueles que andam de forma urbana no nosso trânsito. Haverá também uma economia no SUS, Favorecerá os municípios, o Estado e a União.

Portanto, não teremos uma quebra tão alta na arrecadação, como se diz. Teremos, sim, uma diminuição da mortalidade no trânsito; uma diminuição dos acidentes; uma diminuição do custo dos seguros para os próprios usuários. Teríamos benefícios.

Encaminho favoravelmente à emenda. Que votemos em favor da cidadania, em favor da paz no trânsito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a Chamada Nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(*Procede à Chamada Nominal*)

(*Termina a Chamada Nominal*)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda. Deputados que aprovam a Emenda da Comissão de Finanças queiram levantar-se.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, para registrar quem votou a favor: Deputado Elio Rusch, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Ademar Traiano, Deputado Scarpellini, Deputado Neivo Beraldin, Deputado André Vargas, Deputado Marcos Isfer, Deputado Barbosa Neto, Deputada Arlete Caramês, Deputado Renato Gaúcho, Deputado Pastor Edson Praczyk, Deputado Tadeu Veneri, Deputado Padre Paulo Campos, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Litro e Deputado Chico Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dezoito Srs. Deputados votaram favoravelmente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, quero registrar a minha abstenção pelos municípios do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que rejeitem a emenda queiram levantar-se.

Vinte e três Srs. Deputados rejeitam a emenda.

**Está rejeitada a emenda.**

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

## 2ª Discussão

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 698/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, declarando de Utilidade Pública a Federação de Desportos Aquáticos do Paraná - FDAP, com sede no município de Foz do Iguaçu e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, fixando o valor da taxa de coleta de tratamento de esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% do montante do valor da fatura de água. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. EM ANEXO PROJETOS DE LEI Nº 577/2005 E 596/2005. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 096/2005, de 14.09.2005, em Projetos de Lei, pág. 20).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 564/2005

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, intenta fixar o valor da taxa estadual relativa à coleta e tratamento do esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% sobre o montante do valor da fatura de água. Dessa forma, diminuiria tal valor, visto que a atual percentagem cobrada é de 80%.

#### Fundamentação

As taxas estaduais, a que se refere o projeto, são tributos uma vez que seus elementos coincidem com a conceituação doutrinária que se faz a determinada espécie tributária. Conforme o nobre jurista Roque Antônio Carrazza, em sua obra Curso de Direito Constitucional Tributário, *taxas são tributos que têm por hipótese de incidência uma atuação estatal diretamente referida ao contribuinte. Esta atuação estatal pode constituir num serviço público, ou num ato de polícia.* O conceito de serviço público, conforme ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, *é a prestação de utilidade material, fruível individualmente, sob regime de direito público.* Ainda, cabe ressaltar, que as taxas somente podem ser instituídas através de lei.

Nesse contexto, verifica-se que as taxas estaduais correspondentes à coleta e ao tratamento do esgoto são tributos, uma vez que tais espécies foram instituídas por lei e são contraprestações do serviço oferecido pelo Estado de coletar e tratar tais dejetos.

Nesses moldes, conforme nossa legislação, nas palavras do professor Roque Antônio Carrazza, *só a pessoa política que validamente criou, por meio de lei, o tributo, é que pode criar a isenção, desde que o faça, também, por meio de lei.*

Sem embargos, dentro desse paradigma, a taxa à qual se refere o projeto de lei foi instituída por Lei Ordinária e, assim sendo, o Estado somente poderá conceder tal isenção através de nova Lei Ordinária. Nota-se que esse é o objetivo do projeto.

Verificada e conceituada a espécie que se pretende isentar, bem como definido o meio legal para realizar tal feito, ainda faz-se necessária uma análise quanto à competência e à iniciativa, para atestar a constitucionalidade e legalidade do projeto em tela.

Os artigos 129 e 130 da Constituição Estadual estabelecem a competência do Estado para legislar sobre tributos, a saber:

Art. 129. *Compete ao Estado instituir:*

I - *impostos previstos na Constituição Federal;*

II - *taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;*

III - *contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;*

IV - *contribuição social, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.*

Art. 130. *Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal. (grifo nosso)*

Conforme as normas legais supra citadas, o Estado detém competência para instituir taxas e só o pode fazer, bem como isentar, através de lei específica estadual. Do mesmo modo nossa Constituição atribui competência para legislar sobre matéria tributária à Assembléia Legislativa, assim dispõe o artigo 33, inciso III:

Art. 53. *Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

III - *tributos, arrecadação e distribuição de rendas;* (grifo nosso)

Quanto à iniciativa para instaurar processo legislativo sobre matéria tributária, seja criação ou isenção de tributo, nos ditames da obra jurídica Constituição do Brasil Interpretada, escrita pelo ilustre jurista Alexandre de Moraes, o legislador constituinte consagrou, em matéria tributária, a concorrência de iniciativa

entre Executivo e Legislativo. Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal que a *Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. Assim, inexistente reserva de iniciativa do Executivo, sendo impertinente a invocação do artigo 61, parágrafo 1º, II, b, da Constituição, que diz respeito exclusivamente aos territórios federais. A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliada na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração de processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado (STF - Pleno - Adin nº 724-6/R - Medida Liminar - Rel. Min. Celso De Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27 abr. 2001, p. 56-57).*

No mesmo sentido: A alegação de vício de iniciativa suscitada em face do artigo 61, II, b, da Carta Federal, não se reveste de plausibilidade jurídica, posto que a referida disposição constitucional estabelece ser da competência privativa do Presidente da República a inauguração de processo legislativo no que concerne à organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoa da administração dos Territórios, não constituindo norma a que se possa invocar a observância compulsória pelos Estados e Municípios. (Ementário STF, nº 1811 - 02, p. 412).

Diante do exposto, conforme Alexandre de Moraes, verifica-se que em face da ausência de previsão específica da Constituição Federal de regra que preveja iniciativa privativa do Chefe do Executivo para matéria tributária, a iniciativa concorrente, por configurar norma geral de processo legislativo, é aplicável aos Estados, Distrito Federal e Municípios, cujos respectivos diplomas legislativos devem, obrigatoriamente, consagrar a iniciativa concorrente para matéria tributária.

Em breve análise, verificamos que o presente projeto encontra-se respaldado de constitucionalidade, uma vez que está dentro da esfera de competência do Estado e da iniciativa do Poder Legislativo.

#### Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto encontra-se dentro dos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Assim, o parecer desta Comissão é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator



COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETOS DE LEI Nº 564/2005, 577/2005 e 596/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Hermas Brandão, Mauro Moraes e Padre Paulo Campos, fixa o valor da Taxa de Coleta de Tratamento de Esgoto, cobrada pela Sanepar.

**Fundamentação**

As proposições, que foram anexadas, já receberam parecer favorável, quanto à constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

**Conclusão**

Chamada a opinar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável à matéria, na forma de substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
SUBSTITUTIVO GERAL AOS  
PROJETOS DE LEI Nº 564/2005, 577/2005 E 596/2005

Art. 1º Fica fixado o valor da Taxa de Coleta de Tratamento de Esgoto, cobrada pela Sanepar, em até 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Tadeu Veneri.

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2005, introduzindo e alterando incisos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, na forma específica. (ICMS). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31.10.2005, em Mensagens, pág. 03).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 665/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei pretende alterar os incisos I, II, XIX e XX, e acresce a alínea n ao inciso XIV, do artigo 55 da Lei nº 11.580, que dispõe sobre o ICMS com

base no artigo 155, inciso II, parágrafos 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e adota outras providências. Tal alteração recai sobre as penalidades.

**Fundamentação**

Analisando-se a competência para legislar sobre a matéria, encontramos, no artigo 24, inciso I, da Constituição Federal, a seguinte disposição:

*Art. 24. Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

É, portanto, competência concorrente do Estado legislar sobre normas de direito tributário. No caso em tela, trata-se de penalidades pelo não cumprimento das obrigações tributárias, matéria disciplinada pelo Código Tributário Nacional, o qual dispõe em seu artigo 97:

*Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:*

*(...)*

*V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;*

O projeto, portanto, atende à disposição do CTN. Trata-se de projeto de lei ordinária que pretende alterar lei ordinária pré-existente. Como são duas leis de mesma hierarquia, não há óbice para a tramitação do projeto nesse sentido.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o parecer é pela aprovação do projeto em análise, pois não há qualquer óbice constitucional ou legal com relação ao mesmo.

Sala das Comissões, em 22.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 665/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

*À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro e remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretário de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986.*



A proposição sob análise visa ampliar as multas aplicáveis sobre contribuintes que deixam de cumprir suas obrigações tributárias na forma da lei.

Os incisos modificados tinham sua redação original nos seguintes termos.

*Art. 55. Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:*

§ 1º Ficam sujeitos às seguintes multas os que cometerem as infrações descritas nos respectivos incisos:

*I - equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto a recolher por ele declarado na forma prevista no parágrafo 4º do artigo 45;*

*II - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no inciso anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;*

*XIX - de 0,5% (meio por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que apresentar os arquivos e respectivos registros em meios magnéticos, em desacordo com a legislação;*

*XX - de 5% (cinco por cento) do valor das operações ou prestações do período, ao contribuinte que omitir ou prestar incorretamente as informações em meios magnéticos.*

A alínea "n" acrescida ao inciso XIV amplia o rol das hipóteses em que será aplicada a multa prevista no caput.

*XIV - de 4 (quatro) UPF/PR, ao sujeito passivo que:*

*n) descumprir qualquer obrigação acessória determinada na legislação tributária, que não tenha inflação prevista nas demais hipóteses deste artigo.*

Os incisos modificados e a alínea acrescida ao inciso XIV ampliam o valor das multas aplicáveis.

O autor fundamenta a proposição na necessidade que o Estado tem de criar mecanismos coercitivos para garantir a arrecadação tributária.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão, reservando-nos no direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/2005, objetivando criar os cargos de agente universitário distribuídos entre universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. REGIME DE

URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Mensagem, pág. 04).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 667/2005

P A R E C E R :

### Relatório

Encaminhada a esta Casa de Leis, em forma de anteprojeto de lei e acompanhada da Mensagem Governamental nº 058/2005, a presente proposição de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, objetiva criar 90 (noventa) novos cargos de Agente Universitário para as Instituições Estaduais de Ensino Superior. Mais precisamente cria 56 (cinquenta e seis) cargos na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, sendo 2 (dois) de Bioquímico, 11 (onze) de Enfermeiro, 10 (dez) de Técnico de Enfermagem e 31 (trinta e um) de Auxiliar de Enfermagem, 2 (dois) de Ajudante Geral; 15 (quinze) cargos para a Universidade Estadual de Maringá - UEM, sendo 1 (um) de Farmacêutico, 1 (um) de Assistente Social, 10 (dez) de Técnico de Laboratório e 3 (três) de Auxiliar de Laboratório; e 19 (dezenove) cargos para a Universidade Estadual de Londrina - UEL, todos para o cargo de Técnico de Enfermagem.

Todos os cargos a serem criados pela presente proposta de lei são para suprir necessidades nos três hospitais universitários das instituições estaduais de ensino superior antes nominados.

Segundo o que consta na justificativa da proposição, na verdade trata-se de medida que viabilizará a substituição de pessoal que já presta serviços de forma emergencial, através de contratação temporária, por funcionários efetivos, a serem admitidos após a regular aprovação em concurso público.

### Voto e Fundamentação do Relator

A criação de cargos públicos na administração dos órgãos do Poder Executivo estadual está dentro das prerrogativas do Governador do Estado, através de projeto de lei, como a presente proposição, de forma que a medida ora analisada é constitucional sob o aspecto da iniciativa e competência.

Um outro aspecto a ser analisado quanto às formalidades nesta Comissão de Constituição e Justiça é sobre outras exigências legais que devem instruir as proposições legislativas e neste ponto sempre se defronta com a reiterada ausência de estudos de impacto orçamentário-financeiro da ação proposta. A Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei da Responsabilidade Fiscal, dispõe, em seu artigo 16 que a criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, entre outras exigências. Ao passo que a Constituição Estadual, em seu artigo 137, parágrafo primeiro, diz que a criação de cargos só poderá ser feita se houver prévia

dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Como o projeto de lei ora em exame, assim como ordinariamente ocorre com a quase totalidade das proposições, está desacompanhado destes estudos, a rigor haveria uma irregularidade formal a ser sanada.

No entanto este rigor, ao menos no presente caso, entendemos deve se curvar ao urgente interesse público de suprir as vagas de pessoal nos hospitais universitários que a medida pretende atender e, ademais, encontra-se, ao menos implicitamente, uma explicação plausível.

E assim propomos com segurança ante os seguintes fundamentos: primeiro porque a justificativa do projeto diz textualmente “Tal medida complementa ações para substituir pessoas com contratos temporários por funcionários efetivos, dando solução de estabilidade para a prestação de serviços feita pelos Hospitais Universitários, sem causar impacto orçamentário-financeiro, já que as despesas estão incluídas na Folha de pagamento dos Hospitais Universitário.” E, segundo, ainda, em razão do artigo, do texto da lei proposta dispõe que “os reflexos financeiros decorrentes desta lei deverão ater-se ao limite do orçamento anual das Instituições Estaduais de Ensino Superior.”

Os reparos são apenas de ordem de técnica legislativa, que injustificadamente a assessoria governamental insiste em ignorar. A primeira é pela ausência de súmula, imprescindível nos termos da Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a redação de leis, e a segunda é a retirada revogação genérica. Há ainda uma terceira ressalva quanto a redação do artigo primeiro do texto, ao não descrever, de forma expressa o nome correto, por extenso, das instituições estaduais de ensino superior contempladas com a criação de cargos públicos, e ainda quando afirma que uma lei ordinária estadual estaria “regulamentando” outra lei ordinária estadual.

Para fins de adequar a proposição à melhor forma de redação, salvo melhor juízo, propomos um substitutivo, na forma da redação em anexo, que, além de introduzir a necessária súmula, suprime a revogação genérica, ainda modifica um pouco a redação do artigo primeiro, ao descrever por extenso o nome correto das universidades que terão novos cargos públicos em sua estrutura, bem como substitui a palavra “regulamentada” por “complementada”.

### Conclusão

Ante o acima exposto, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 667/2005, oriundo da Mensagem Governamental nº 054/2005, no que tange à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, apenas com alteração de redação, na forma do Substitutivo em anexo, para fins de introduzir Súmula, suprimir a revogação genérica contida no texto original, bem como descrever o nome por extenso das Instituições Estaduais de Ensino Superior contempladas com a criação de novos cargos, bem como substituir a palavra “regulamentada” por “complementada”, devendo a proposição seguir tra-

mitação regular, para fins de análise de seu mérito e votação em plenária.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 667/2005

Art. 1º Ficam criados na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) 90 (noventa) cargos de Agente Universitário integrantes da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 7 de maio de 1997, complementada pela Lei Estadual nº 14.269 de 22 de dezembro de 2003, na forma do Anexo I.

Art. 2º Os reflexos financeiros decorrentes desta lei deverão ater-se ao limite do orçamento anual das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 667/2005

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente Projeto de Lei nº 667/2005, de iniciativa do Poder Executivo, Mensagem nº 054/2005, objetiva criar os cargos de Agente Universitário distribuído entre universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e do Oeste do Paraná (Unioeste).

A finalidade desta medida visa suprir necessidades nos três hospitais universitários das instituições estaduais de ensino superior antes nomeados.

#### Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é criar cargos para os Hospitais Universitários: Regional do Norte do Paraná da Universidade Estadual de Londrina, de Maringá e do Oeste do Paraná visando dar condições para a abertura de concurso público para nomeação de Agente Universitário, da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo criada pela Lei Estadual nº 11.713/97, regulamentada pela Lei Estadual nº 14.269, de 22/12/03, de forma a substituir uma parcela da força de trabalho temporária, contratada mediante teste seletivo para atender situação emergencial

nos Hospitais Universitários, para a qual não existem cargos criados.

A criação dos cargos pretendidos dará condições para abertura de concurso público para substituir todos os atuais contratos temporários, regularizando o fluxo sem causar impacto orçamentário-financeiro na folha de pagamento dos Hospitais/Universidades.

#### Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 667/2005, de iniciativa do Poder Executivo Mensagem nº 054/2005, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch e outros, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Projetos de Lei, pag. 17).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 672/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch e outros, autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal, com o objetivo de recuperar o trecho da Rodovia BR-163, que liga o município de Marechal Cândido Rondon ao município de Guaíra.

Em sua justificativa, o nobre Deputado relata o quadro precário que se encontra tal rodovia e, em função de decisão do Tribunal de Contas da União de, através de medida cautelar, suspender atos de transferência de domínio de trechos de rodovias federais aos Estados, tornou-se necessário tal projeto de lei, com o objetivo de permitir sua recuperação. No atual quadro em que se encontra a rodovia, torna-se inviável o transporte das safras do Estado do Paraná e Estados vizinhos como o Mato Grosso, entre outros.

O presente projeto autorizatório é constitucional, pois dispõe a Constituição Estadual:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 672/2005

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Elio Rusch, e objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo Federal, objetivando recuperar o trecho da Rodovia BR-163, que liga o município de Marechal Cândido Rondon ao município de Guaíra.

#### Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

#### Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Mesmo porque, trata-se de medida altamente necessária, e observa-se ainda, que a falta de obras de conservação gera a possibilidade de desabamento de pontes e pode resultar na completa deterioração das rodovias, bem como graves acidentes.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao encaminhamento ao Plenário para a decisão finalística da presente proposta contida no Projeto de Lei nº 672/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 731/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, acrescentando os parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 14 da Lei nº 11580/96, instituidora do ICMS, de 14 de novembro de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22.11.2005, em Projetos de Leis, pag. 34)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 731/2005

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei pretende acrescentar os parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 14 da Lei nº 11580/96, com o objetivo de impor condições para alienação de veículos comprados com benefícios tributários visando impedir que os mesmos sejam negociados no mercado antes do efetivo uso a que se destinam.

**Fundamentação**

Analisando-se a competência para legislar sobre a matéria, encontramos, no artigo 24, inciso I, da Constituição Federal, a seguinte disposição:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

É, portanto, competência concorrente do Estado legislar sobre normas de direito tributário. No caso em tela, trata-se também de imposição de penalidades pelo não cumprimento das disposições acrescidas, matéria disciplinada pelo Código Tributário Nacional, o qual dispõe em seu artigo 97:

*Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:*

*(...)*

*V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;*

O projeto, portanto, atende à disposição do CTN. Trata-se de projeto de lei ordinária que pretende alterar lei ordinária pré-existente. Como são duas leis de mesma hierarquia, não há óbice para a tramitação do projeto nesse sentido.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o qual determina que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Também foi observado que no artigo 14 do referido projeto, houve um equívoco de numeração, não atendendo assim o artigo 10 da Lei Complementar 95/98, onde menciona que *os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico §, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso*.

**Conclusão**

Dessa forma, opina-se pela aprovação do projeto em análise, pois não há qualquer óbice constitucional ou legal em relação ao mesmo, devendo seguir a normal tramitação pelas demais comissões.

Sala das Comissões, em 06.12.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 731/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, acresce dispositivos à Lei nº 11580/96 - ICMS.

**Fundamentação**

A proposição já recebeu parecer favorável, quanto à constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

**Conclusão**

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável à matéria.

Sala das Comissões, em 07.12.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Requerimento nº 4031 de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 096/2005, item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas quero fazer um registro da discussão do Projeto nº 665/2005, de autoria do Poder Executivo: votei hoje a sua constitucionalidade e amanhã terei, no mérito, o meu posicionamento contrário.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Apenas para deixar registrado que solicitamos - como já foi feito por outros Deputados - que seja votado NÃO para a derrubada do veto. A Bancada do Partido dos Trabalhadores solicita o voto NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De conformidade com o requerimento aprovado, daremos preferência de discussão e votação à Proposição nº 096/2005, item 14 da Ordem do Dia.

**Discussão Única**

**ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 096/2005, veto parcial apostado do Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, objetivando transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 165/2005

Curitiba, 22 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 227/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 484/2004, por julgar a parte vetada inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, tendo o veto parcial incidido sobre o artigo 9º.

O dispositivo não acolhido, resultante de emenda dessa augusta Casa, foi objeto de análise da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, cujo resultado demonstrou indiscutível inconstitucionalidade do mesmo, sob o argumento de que a medida nele contida, caso adotada, conflitaria, não só com normas constitucionais, como também com a sistemática básica do sistema previdenciário do funcionalismo estadual, criando benefício incompatível com tal sistema. Sobre o assunto, disse ainda, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

*Apontamos, também, a questão da iniciativa do contido no artigo 9º do projeto de lei que remete ao Poder Executivo a responsabilidade pela manutenção do patrocínio do plano de benefício da Fundação Assistencial Previdenciária da Emater-PR.*

*É de competência privativa do Governador do Estado (artigo 66, inciso II) a iniciativa de lei que disponha sobre: servidores públicos, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.*

*Esclareça-se ainda, que o gerenciamento do assunto compete a esta Pasta, em conjunto com a Parana-previdência, que tratam exclusivamente do Regime Próprio da Previdência dos servidores do Estado do Paraná.*

*Pelo exposto somos pelo não acolhimento do artigo 9º, uma vez que teremos muitos desdobramentos para a questão que acabariam dificultando e até mesmo inviabilizando a sua manutenção, sem os devidos cálculos atuariais.*

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 484/2004 encontra-se publicado no DA nº 088/2005, de 30.08.2005, em Redação Final, pag. 35)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 096/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2004, que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, foi objeto de veto parcial do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Quarenta e seis Srs. Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quarenta e seis Deputados votantes. Solicito aos Deputados Elza, Bradock e Elio Rusch, para que façam a contagem dos votos.

Quero participar aos Srs. Parlamentares e convidá-los para uma missa amanhã, que será celebrada pelo Arcebispo Dom Moacyr José Vitti, às 10h30m. Faço um apelo aos Srs. Parlamentares, mesmo que não pertençam à religião católica - vai ser um culto ecumênico. A presença de todos será muito importante.

Participo aos Srs. Parlamentares também, que logo após o encerramento desta Sessão, teremos uma Sessão Extraordinária, sem o pagamento de jeton.

Solicito ao Deputado Chico Noroeste, que anuncie o resultado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

Sr. Presidente, o resultado da votação: SIM, 22; NÃO 23; e um nulo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está mantido o veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente apenas para fazer um registro. Lamentar, porque quando foi acordado as emendas para a votação do projeto, a Oposição estava em obstrução, nós já estávamos praticamente às 19h; foi feita uma reunião e acataram a emenda apresentada pela Oposição e hoje vemos que o acordo não valeu!

Então, por essa razão, que sirva de aprendizado para a Oposição, porque fazer acordo, não vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a posição de V. Exa.

**Está mantido o veto.**

Requerimento nº 4021, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, solicitando destaque para votação do veto apostado ao Projeto de Lei nº 723/2003, item 11 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

## ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, dispondo sobre a proibição da interrupção de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná, nas datas que especifica, e normatiza a suspensão nas seguintes condições. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC 081/2005

Curitiba, 15 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 068/2005, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 723/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir a Companhia Paranaense de Energia - Copel, efetuar o corte de energia a consumidores residenciais inadimplentes com retirada de relógios/medidores, conforme especifica.

O projeto de lei em referência, não foi acolhido em face de pronunciamento da Companhia Paranaense de Energia, que demonstrou a impossibilidade da medida, não só por inexecutabilidade mas, também, porque versa sobre matérias cujas definições básicas são da alçada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 723/2003 encontra-se publicado no DA nº 035/2005, de 02.05.2005, em Redação Final, pag. 44)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 053/2005

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, visa proibir a interrupção de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná, nas datas que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 03.08.2005

(a) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Para Encaminhar**)

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria de frisar que um projeto já foi sancionado, quase igual a esse, pelo Governo do Estado, da Sanepar. É do mesmo teor, do mesmo tema e é um projeto ao alcance daquelas pessoas que não puderam pagar a sua conta de luz, que tiveram que comprar o remédio ou outras coisas. E até tem um fato que aconteceu agora há pouco, quando entrava no plenário, o Luiz Carlos de Freitas, que é funcionário nosso aqui, que é o Luiz Bigode, ele teve o corte feito no final de semana, no sábado, na sua residência, porque deixou de quitar a sua dívida faz quinze dias - por quinze dias de atraso foi cortada a luz de sua residência e ficou sem luz no final de semana.

Então, para ver que esse projeto vem ao encontro das pessoas que têm a falta de recursos para o pagamento. Aqueles que puderem votar contrário ao veto, peço esse voto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

(Assentimento)

Gostaria de falar sobre isso.

Sou Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e vejo que uma medida dessa é muito saudável para a população. Entendo, como acho que toda a população e todos os Deputados também devem saber as dificuldades por que passa o povo brasileiro, quantas pessoas têm a sua luz cortada em uma sexta-feira à tarde e aí não há como religar.

Estou de pleno acordo com a proposta do Deputado Francisco Bühner. Acho que nós deveríamos dar esse apoio ao projeto derrubando o veto, que é uma medida que vai de acordo com a questão humanitária: se a pessoa não pôde pagar a sua luz até sexta-feira, não é justo que a fornecedora de energia elétrica, nós não temos só a Copel no Paraná, temos outras empresas que fornecem energia elétrica no interior do Estado, temos em Guarapuava, temos no Norte Pioneiro outras empresas, e não lhes permitir que cortem a energia elétrica daquele que não pagou em uma sexta-feira ou em véspera de feriado, porque seria punir demais a família, aquele que não pôde pagar, que está sabendo que vai ser cortada, mas não tem o dinheiro para liquidar o seu compromisso.

Portanto, estou de pleno acordo com o Deputado Bühner. Parabeno-o por essa iniciativa. E acho que a Assembléia Legislativa deve votar nesse veto de uma maneira que seja a favor do povo paranaense.

Essa é a minha posição.

#### O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só quero mostrar o seguinte: o PMDB distribuiu um jornal e dentro da mensagem fala sobre o Programa da Luz Fraterna. E o PMDB diz que a Copel continua nossa, continua estatal. E é pelo fato de a empresa ser estatal que as pessoas pobres são beneficiadas. Agora, Deputado Francisco Bühner, a quem eu tenho todo o respeito, V. Exa. tem que ficar bravo com o Governador e não comigo! Quero dizer o seguinte: o Deputado Francisco Bühner está pedindo ao Governo do Estado e à Copel, por extensão, que não corte a energia das pessoas inadimplentes. Ora, quem é inadimplente é o pobre, não é o rico. E o PMDB, através desse jornal que recebi no dia de hoje, faz referência à Copel, Ora, se faz referência à Copel, dizendo que ela está para servir o pobre, Deputado Francisco Bühner, e agora vetam mais um projeto seu que é exatamente, exclusivamente, bem assistencial, que beneficia o pobre, e o Governo veta, por quê? Ora, se a Copel é nossa, é do Governo do Estado, por que contar a energia elétrica dos pobres? Dê mais um prazo, dê oportunidade para que o nosso pobre coitado do Paraná não fique sem energia!

Aliás, diz no mesmo jornal, que a Copel lucrou trezentos e nove milhões de reais nos primeiros meses de 2005, Deputado Valdir Rossoni. Trezentos e nove milhões em poucos meses em 2005! Agora vetam um projeto do Deputado Bühner? Não dá para entender o Governo do Estado! Eu acho que essa é a resposta realmente à Carta de Puebla que está dando aos pobre do Estado do Paraná.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, pedimos aos Deputados que votem NÃO; estaríamos indo de encontro ao discurso do Governador Requião. Se ele na prática não exerce o discurso, aí não é um problema nosso. Agora temos obrigação de acatar, como disse muito bem o Deputado Elio Rusch, a Carta de Puebla é para defender os pobres e esse projeto do Deputado Francisco Bühner, certamente, vem ao encontro das pessoas mais carentes do Estado. E, de um outro lado, para justificar o nosso voto NÃO ao veto, poderíamos justificar com um projeto que nós vamos votar no dia de amanhã. O Governador está criando uma anistia aos maus pagadores de impostos. Por que vamos beneficiar quem sonega impostos e deixar de beneficiar a população carente?

Por esta razão mantemos a nossa posição, em nome da população mais pobre, em nome do discurso do Governador Requião. Respeitando a Carta de Puebla, votaremos NÃO ao veto do Governador!

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Estou sensibilizado pelo projeto do Deputado Bühner e muito mais ainda por vemos o Deputado Rossoni, o Deputado Elio Rusch se resignarem, publicamente, em favor da Copel. É uma empresa que está dando lucro, uma empresa desse gabarito que pode até atender ao projeto do Deputado Bühner.

O principal é que V. Exas. viram que queriam vender uma empresa desse gabarito como a Copel, a empresa orgulho do Brasil e da nossa gente. V. Exas. estavam errados anteriormente. Se o Governador errou, podemos até derrubar o veto. Mas, diante da pedida de V. Exas. vindo publicamente, reconhecer que quando não deixamos vender a Copel, tínhamos razão e V. Exas. estavam errados. Hoje, V. Exas. dizem que é a empresa que tem trezentos e tantos milhões de lucro, é uma empresa bem gerida, bem administrada e orgulho do Paraná. Nós podemos até derrubar o veto em homenagem a V. Exas. e ao Deputado Chico Bühner.

#### O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu não era Deputado nessa época da venda da Copel. Outro dia ouvi considerações desairosas àqueles que fazem conversações políticas com pessoas do Governo Lerner mas, a bancada atual do Governo tem seus membros que votaram de outra forma que não necessariamente aquela, aguerrida, da preservação do patrimônio.

Eu estava aqui no plenário, não era Deputado eu era Vereador, fiquei ali com posição contrária à venda mas vi quem votou contra e quem votou a favor.

Vamos tratar do projeto em si. Falei agora para o Deputado Francisco Bühner: é um bom projeto, é um projeto que preserva as famílias, regulamenta uma questão das famílias de baixa renda. Vejam, tramita nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro projeto que também



será polêmico e que trata da isenção do ICMS para a Copel, na condição de contribuinte pelo fornecimento de energia elétrica subvencionada aos consumidores de baixa renda. Esse projeto tem a ver com o outro, porque vejam: pede a isenção do ICMS às famílias situadas, definidas como de baixa renda. A Copel, atualmente, deve estar pagando ou pelo menos sendo devedora do ICMS dessas famílias. Se nós vamos dar essa isenção à Copel o que custa definirmos e impedirmos a suspensão de um ponto de luz que é exatamente aquele que ilumina a criança numa casa popular, numa casa na periferia da cidade? É aquela iluminação necessária ao tratamento do velhinho!

Então, votar com o Deputado Francisco Bühner é ter posição política favorável a esta classe social. Volto a dizer: o Governo pede a isenção do ICMS de um lado, e de outro veta a impossibilidade ou um impedimento que a Companhia de Energia Elétrica suspenda o fornecimento de uma família de baixa renda!

São movimentos contrários, movimentos distintos, diferenciados que sinalizam, claramente, que a sensibilidade do Governo se refere apenas à questão financeira, da saúde financeira da Copel e não da vocação social que ela de fato tem!

Encaminho em meu nome, falo no sentido de sensibilizar os Deputados para que possamos apoiar o Deputado Francisco Bühner, Deputado de São José dos Pinhais, que tem, sim, compromisso, é do PSDB mas tem compromisso com o Governo, tem ajudado o Governo a aprovar determinados projetos. Que também os Deputados da Base do Governo possam, colaborar esse que é, sim, um colaborador do Governo, mas que quando tem que fazer um projeto, faz na sua simplicidade, para beneficiar as famílias de baixa renda.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho o voto NÃO ao veto.

#### O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Francisco Bühner apresentou um projeto nesta Casa, na minha avaliação amparado nos mais nobres e legítimos interesses da comunidade do Paraná, especialmente daqueles que mais sofrem. O Governador Requião ao vetá-lo, justifica o veto tecnicamente amparado de que a matéria é normatizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Como não tenho uma orientação do Líder do Governo, vou votar pela derrubada do veto, porque entendo a matéria de inteiro interesse da comunidade do Paraná. O Governador Requião sancionou uma lei praticamente idêntica na Sanepar, isentando da religação ou proibindo o corte de água. Praticamente do mesmo teor e o Governador Requião sancionou.

Então, não creio que vá ser motivo de sacrifício a Copel impedir o corte do fornecimento de energia. E dizer, Sr. Presidente, que o Governador Requião faz um Governo, sim, voltado aos pobres, toda as suas ações, água, luz, luz de graça para as famílias, água baratinha,

leite de graça para o povo. O ICMS que o Governador está isentando não é não de caloteiro. Na verdade, todos nós sabemos da crise econômica que assola o nosso país, das dificuldades que os empresários têm de cumprir suas obrigações fiscais. E por isso às vezes deixam de cumprir suas obrigações. E o Governador Requião está com esta iniciativa tentando dar condições de sobrevivência a esses empresários que contribuem com o progresso do nosso Estado.

Portanto, Deputado Francisco Bühner, eu, particularmente, vou votar com V. Exa., vou votar NÃO, pela derrubada do veto, uma vez que o Governador Requião sancionou um projeto de lei praticamente idêntico relacionado à Sanepar.

#### A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)

Vários argumentos foram colocados, e é preciso que se diga que o Governo está sensibilizado com a questão da energia elétrica como um bem de direito universal da pessoa humana, a energia e a água. Tanto é que o projeto Luz Fraterna atende hoje mais de um milhão de pessoas.

Nesse caso específico do projeto do Deputado Bühner é preciso que se diga que não é só uma questão do corte da energia, que já por si só representa um desrespeito ao direito universal da pessoa humana. Mais do que isso, nada mais humilhante para uma família pobre do que ter o seu relógio medidor arrancado, às vezes na presença das crianças, na presença dos vizinhos, na presença da comunidade, porque o povo pobre tem brio, e isso afeta profundamente o seu brio como cidadão. Digo isso de cadeira, porque sou filha de costureira e de operário da construção civil e muitas vezes vi o relógio da água da minha casa ser arrancado e levado; e nós com os baldes a emprestar água da vizinhança. Nada mais humilde do que esse tipo de situação.

Portanto, como os companheiros do meu Partido, do PMDB já encaminharam, nós temos que derrubar. Aqui está muito claro, a menos que seja clandestina a colocação de relógio, ou fraude. Isso ficou muito claro. Nesse caso, a Copel cumpre o seu papel, mas não pode ser de forma irrestrita. A pessoa deixou de pagar a energia, vai ter o relógio arrancado. Não dá para aceitar e certamente, vai na contramão das políticas públicas do nosso Governo.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu leio o texto do veto do Governador e vejo que S. Exa. faz o veto, baseado na questão eminentemente técnica da Copel seguir as normas de alçada da malfadada ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica.

O projeto do Deputado Francisco Bühner não proíbe de cortar a luz de quem é inadimplente. Ele mantém a suspensão do fornecimento de energia para os inadimplentes. Ele proíbe a retirada do relógio, salvo persistindo a inadimplência por noventa dias e permite a retirada do

relógio, no caso de serem pessoas que fraudam o processo de captação de energia.

Acho que o Governador vetou, orientado pela assessoria, por uma razão eminentemente técnica, mas conversando com ele e conhecendo o seu coração, o seu espírito e o seu interesse público de sempre pugnar pelos mais pobres, eu acho que ele não se incomodaria se esse veto fosse derrubado.

Essa é a minha visão, porque retirar o relógio não quer dizer, impedir a interrupção de energia por inadimplência. Nós temos que prestar atenção que o projeto do Deputado Francisco Bühner fica muito diminuído no seu alcance social, porque os mais pobres têm a taxa de luz isenta, os muito pobres. Pode haver o caso de uma pobreza envergonhada, pessoas aposentadas que perdem os seus rendimentos ou pessoas desempregadas momentaneamente. A cidade está cheia de pobres envergonhados, que, antes tiveram recursos e de repente, deixam de tê-los, inclusive, é muito importante prestar atenção para isso. Quando eu fui Prefeito, nós trabalhávamos muito a ação social com esse tipo de classe média empobrecida. Eu vou votar hoje, contrariando o Governador, contra o veto.

**O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Para Encaminhar)**

Dar apoio ao projeto do Deputado Bühner e colocar à Casa que no ano de 2001 eu apresentei um projeto de lei que proibia o corte de energia e de água nos finais de semana e feriados. Em 21.05.2002 o Governador Jaime Lerner vetou, e no dia 14 de maio de 2003, a Casa derrubou o veto e promulgou. Portanto, é lei. Então, é proibido o corte de energia elétrica e água nos finais de semana e nos feriados.

Essa lei existe. Se foi promulgada pela Mesa da Assembléia, é lei e é para ser cumprida.

É só para esclarecer à Casa.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Pela Ordem)**

Eu ouvi atentamente as palavras de vários Deputados, e o Deputado Rafael Greca quando colocou a sua linha de pensamento deixou claro que pessoas envergonhadas possam elas não estarem dentro do programa de 100 kwts/hora/mês. Mas, quero deixar claro que quem consome 105, 110, 115, 120 até 150 kwts, 100 kwts é muito pouco. Uma família que tem um chuveiro elétrico em uma casa com três, quatro, cinco pessoas, que tomam banho diariamente, já passa muito mais de 100 kwts/hora/mês.

Só para dizer que o valor de 100 kwts ele é limitado e tem muitas pessoas com baixa renda, que gastam mais de 100 kwts/hora e que têm a energia cortada em sua residência.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)**

Só para reforçar as colocações feitas pelos demais Deputados e para dizer que vamos votar juntos com

nosso companheiro Chico e também com os demais companheiros, porque entendemos que o projeto é bom, deve ser levado em conta, porque vai beneficiar às pessoas mais humildes.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Solicito ao 1º Secretário que proceda à Chamada Nominal dos Srs. Deputados para o item 11 da pauta.

Está em votação o projeto.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)**

Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

42 Deputados votaram. Solicito aos Deputados Barbosa Neto, Elton Carlos Welter e Luiz Nishimori para que procedam ao escrutínio dos votos.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu gostaria de ter a atenção do Deputado Anibelli. Sei que V. Exa. preza muito pela honestidade.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Líder do PMDB e ao Líder do Governo: há duas questões mal explicadas no Governo, e que uma boa explicação pode nos convencer. É a questão Inter-Brasil e a questão Banco Santos. Teve uma ampla reportagem numa revista neste final de semana, Deputado Anibelli, que mostra como agia o dono do Banco Santos. E nós sabemos que a Fundação Copel investiu recursos lá.

Por esta razão, tenho visto o senhor com esta determinação em preservar a imagem do Governo e tem feito a defesa do Governo. Não estou colocando nenhum suspeita; apenas colocando como preocupação. Como Parlamentar possa fazer este apelo a V. Exa., de trazer os responsáveis para nos dar uma explicação da questão Inter-Brasil. A Inter-Brasil, para que não sabe, é um dos "propinodutos" que surgiu nos últimos meses no Governo Federal.

E sobre o Banco Santos, nós fizemos um requerimento à Copel, e a Fundação alegou sigilo, não pode nos informar. E nós sabemos que a Fundação Copel perdeu milhões e milhões no Banco Santos. Ela não teve a mesma sorte que o Sarney, que é o PMDB, de V. Exa., porque o Sarney tirou o seu dinheiro dois dias antes de falir o Banco Santos.

Então, queremos saber apenas, Deputado Anibelli, como é que chegou a Inter-Brasil no Paraná, e também o seguinte: quantos milhões, se é que houve prejuízo, da Fundação Copel aplicando recursos no Banco Santos?

Eu agradeço se merecer a sua atenção.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu agradeço as palavras elogiosas do Deputado Rossoni a meu respeito, e falo por mim e pelo Deputado Dobrandino, dizendo a V. Exa. que eu

sabia que havia sido solicitado e aprovado por esta Casa um requerimento a respeito do Banco Santos. E a Inter-Brasil eu desconheço. Agora, nós estamos há três dias do encerramento do período legislativo, eu vou tomar as providências, e prometo a V. Exa., se tiver condições de respondê-lo publicamente, ou trazer aqui a esta Casa. Se não for até dia 15, eu prometo a V. Exa e à Casa que eu vou me esmerar para ver se tiramos a dúvida. O Presidente Sarney é do nosso PMDB, e quando candidato, num acordo em que nós elegemos Tancredo Neves, e eu representava esta Casa no colégio eleitoral por ter sido amigo e companheiro de Tancredo Neves, o que me orgulha muito, eu tive a dignidade de votar naquele dia dizendo: "Voto Tancredo e José Sarney", ao invés de Tancredo de Almeida Neves, disse: "Tancredo e José Sarney". Era uma acordo entre os partidos para salvarmos o nosso país. E o Presidente Sarney, acredito que foi um bom Presidente. Está sendo conselheiro do Presidente Lula, é Senador do Amapá, e é um homem que orgulha o nosso Partido; como V. Exa., que já foi nosso companheiro no PMDB quando Prefeito de Bituruna, e nessa falta de fidelidade partidária que nós deveríamos exigir que o Deputado, Vereador, Prefeito, Presidente da República, eleito por um partido, se mantivesse. Eu mesmo saí do PMDB, fui para o PSDB do Covas, do José Richa, de gente que orgulhava este Brasil pela sua seriedade, e eu como fui companheiro de Álvaro Dias, como sou companheiro, e votei pelo Senador Osmar Dias, fui um dos Deputados que mais trabalhou pelo Osmar Dias, porque respeito os paranaenses ilustres, e tenho o maior respeito por todos os Parlamentares, tanto aqueles que hoje estão no nosso partido, que eu tenho a honra de liderá-lo, como de companheiros que saíram. Mas quanto à cobrança de V. Exa. eu prometo trazê-la.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)  
SIM 03; NÃO 39. Total 42.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

**Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.**

Há sobre a mesa um Requerimento nº 3976, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, que requer votação em bloco dos itens 12 e 13 da Ordem do Dia.

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

## ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 056/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 493/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, incluindo no inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.480/96 o produto água de coco envazada. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 084/2003

Curitiba, 21 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 073/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 493/2004, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo, portanto, inconstitucional por ferir o artigo 163 da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 493/2004, encontra-se publicado no DA nº 129/2004, de 14/12/2004, em Projeto de Lei, pág. 90).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 056/2005

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 493/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, objeto do Governador, inclui no inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.480/96 o produto água de coco envazada.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

## ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 066/2005, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 264/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2005, objetivando dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975, de 17/11/2000, que extinguiu o Quadro de Oficiais Femininas da Polícia Militar do Estado, conforme específica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 122/2005.

Curitiba, 20 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 192/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 264/2005, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar o parágrafo 2º e acrescentar os parágrafos 3º, 4º e 5º ao artigo 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000, sendo que os vetos parciais apostos incidiram sobre as disposições dos parágrafos 4º e 5º.

O parágrafo 4º, da maneira como está colocado, não pôde ser acolhido em face da inconstitucionalidade apresentada, por ferir as disposições do artigo 42, parágrafo 1º, combinado com o artigo 142, parágrafo 3º, inciso X, da Constituição Federal.

O referido parágrafo 1º, do artigo 42, além de outros mandamentos, dispõe que:

*Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier ser fixado em lei, as disposições do artigo 14, parágrafo 8º, do artigo 40, parágrafo 9º; e do artigo 142, parágrafos 2º e 3º, cabendo à lei estadual específica dispor sobre as matérias do artigo 142, parágrafo 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.*

Neste ordenamento, o artigo 142, parágrafo 3º, inciso X, determina que *a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades...*

Quando a disposição legal transcrita menciona “a lei disporá” está referindo-se à Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), que estabelece em seu artigo 22, que *o ingresso nos quadros de oficiais das armas e dos serviços só é permitido nos postos iniciais das respectivas escalas hierárquicas.*

Também o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dispõe, em seu artigo 9º, que *o ingresso no quadro de oficiais será feito através de cursos de formação de oficiais da própria Polícia Militar ou de outro Estado.*

Desta forma, os parágrafos 4º e 5º, do artigo 1º, do projeto de lei em epígrafe, ao conflitarem com os ditames legais supracitados, indubitavelmente, estão contrariando as disposições contidas no artigo 42, parágrafo 1º, e 142, parágrafo 3º, inciso X, da Magna Carta.

Não bastasse a inconstitucionalidade apontada, os aludidos parágrafos contrariam o interesse público, eis que são totalmente inviáveis à Corporação Policial-Militar e ao Estado do Paraná, além de trazerem risco potencial à comunidade paranaense, uma vez que permitiria que profissionais adequadamente treinadas para as atividades de polícia ostensiva ingressassem, opcionalmente, nos Quadros do Corpo de Bombeiros, sem possuir forma-

ção adequada para tal. As missões dos bombeiros-militares são totalmente diversas das missões dos policiais-militares, tanto que os cursos de formação são absolutamente distintos, com disciplinas e cargas horárias diferenciadas, sem qualquer similitude que possa ser superada com simples “curso de capacitação para estarem aptas ao exercício da função de Bombeiro Militar”, nos termos sugeridos no parágrafo 5º do projeto de lei.

As duas profissões, policial-militar e bombeiro-militar, inobstante estarem inseridas no seio da mesma Corporação, são tecnicamente distintas, com elevado grau de especialidade em termos de conhecimento, habilidades, procedimentos, métodos, fundamentos profissionais teóricos e práticos.

Outrossim, o encaminhamento proposto neste parágrafo 4º, exigirá conformações legais de todos os dispositivos estruturantes da carreira PM e BM, em face das peculiaridades de cada uma das atividades, com ênfase as leis de Promoção de Oficiais (Lei Estadual nº 5.994, de 21 de maio de 1969) e de Promoção de Praças (Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969) e; ainda, a Lei de Fixação de efetivo da PMPR - Lei Estadual nº 14.696, de 11 de maio de 2005, que estabelece em seu anexo o quadro básico de distribuição do efetivo da Corporação por quadros, especialidades, postos e graduações, sendo que a medida proposta, da forma como está colocada, desestrutura toda a composição dos diversos quadros, postos e graduações da Milícia Estadual.

Conforme se verifica, a proposta contida no parágrafo 4º operaria efeitos complexos e nocivos à Polícia Militar do Paraná, com reflexos diretos na qualidade dos serviços, impondo riscos à comunidade diante das ações e operações de Bombeiros-Militares, além de onerar os cofres públicos com medidas extremadas de capacitação, que jamais chegariam aos níveis de formação e aperfeiçoamento profissionais necessários ao Militar Estadual em cada uma das suas especialidades.

O veto apostado ao parágrafo 5º, além dos motivos anteriormente expendidos, justifica-se, ainda, em razão da natureza das atividades de Bombeiro Militar, eis que estas são extremamente técnicas e de elevado grau de especificidade, sendo que a formação básica de um oficial é superior a três anos de estudos em academia, em tempo integral, complementados por cursos de especificação direcionados para busca e salvamento, combate a incêndios, socorros de urgência, dentre outros. De modo similar, o Soldado BM possui uma formação básica superior a seis meses, com exigências de condicionamento físico muito acima da média, como fator determinante da segurança em procedimentos, ações e operações que, em última análise, constituem a diferença entre a vida e a morte daquelas pessoas expostas a perigos em que somente o Bombeiro Militar pode salvá-la.

Não existe possibilidade de ajuste eficiente e com resultados eficazes simplesmente por meio de curso de adaptação ou capacitação conforme sugeridas pelo projeto de lei em causa.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 264/2004, encontra-se publicado no DA nº 072/2005, de 29/06/2005, em Redação Final, pág. 07).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 066/2005

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 264/2005, foi encaminhado a esta Casa de Leis pelo Poder Executivo, objetivando dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº 12.975/2000.

Recebeu emendas a proposição, na tramitação do processo legiferante e, posteriormente, houve por bem o Exmo. Sr. Governador vetar parcialmente a proposição afinal aprovada (ou seja, os parágrafos 4º e 5º que foram acrescidos por esta Assembléia Legislativa à proposição original).

Segundo a Constituição Estadual, artigo 71, cabe ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no prazo fixado de quinze dias úteis, vetar o projeto de lei, no todo ou em parte, se considerá-lo inconstitucional ou contrário ao interesse público.

No caso específico foi respeitado o prazo preclusivo constitucionalmente estabelecido para o exercício da respectiva prerrogativa assegurada ao chefe do Executivo, razão pela qual esta Comissão opina favoravelmente ao encaminhamento da proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Sr. Presidente, 41 Deputados votaram)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Convido os Deputados: Jocelito Canto, Cleiton Kielse e Rafael Greca para o escrutínio dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Chico Noroeste)

Sr. Presidente, 24 Deputados votaram SIM, 13 votaram NÃO e 4 brancos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

## Requerimentos:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3955, de autoria do Sr. Deputados Ratinho Júnior, constante do expediente de Sessão anterior. Aprovado.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (Para Encaminhar)

Só gostaria de posicionar-me contrariamente a esse requerimento. No meu ponto de vista, estamos gerindo uma discussão que cabe ao Ministério Público de São José dos Pinhais. Acreditamos que no momento em que aprovarmos o requerimento, estaremos gerindo uma situação e desprestigiando os Promotores Públicos do município de São José dos Pinhais, que são pessoas que têm feito um trabalho extraordinário.

Já houve uma intervenção da saúde pública no Hospital de São José dos Pinhais aonde os Promotores, através do Poder Judiciário, já colocaram um interventor, desde o início do mês de março deste ano. Quero dizer que como aconteceu um fato lamentável da perda da vida de uma criança em São José dos Pinhais, também acontece em outras localidades. Isso aconteceu há poucos dias, não faz mais de uma semana. Se o Ministério Público de São José dos Pinhais não tivesse agido, não tivesse levantado e apurado, aí, sim, caberia o requerimento ao Promotor Geral do Estado do Paraná, pedindo providências.

Para nós não atingirmos o poder e mostrarmos que a independência cabe a eles, temos que votar contrários. É esse o meu pedido. Para que não haja essa questão de cada vez estarmos gerindo uma situação local, vamos respeitar. Lógico que queremos que se apurem os fatos, que verifiquem e se há alguém que se omitiu que seja apurado e que seja punido, mas que deixe ao Ministério Público de São José dos Pinhais verificar e apurar.

Então, o meu voto é contrário e peço, por gentileza, aos companheiros se puderem, para votar contrariamente a esse requerimento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Quero saber qual é o teor do requerimento. Fiquei curioso com o encaminhamento do Deputado Francisco Bühler.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O requerimento de autoria do Deputado Ratinho Júnior requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitando providências legais. Solicita ao Ministério Público no sentido de abertura de inquérito e investigação sobre o falecimento da menor Bruna Franciele Teixeira, com cinco anos de idade, que residia no bairro Barro Preto, cujo óbito ocorreu no dia 28 de novembro de 2005, no SAMU, no município de São José dos Pinhais.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Então, Sr. Presidente, depois da leitura de V. Exa. quero encaminhar contrário ao que encaminhou o Deputado Francisco Bühner, porque o Ministério Público é órgão do Poder Executivo e cabe perfeitamente a esta Casa, solicitar providências no sentido de esclarecimento quando pairar dúvida no exercício.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o requerimento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Para discutir!

Peço que V. Exa. transfira até amanhã para que possamos esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Já foi adiado, Deputado Anibelli. Não cabe mais adiamento.

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado** com ressalvas e voto contrário do Deputado Francisco Bühner.

Requerimento nº 3974, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 3972, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3971, 3977 e 3978, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3975 e 4017, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3979, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3980, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, com apoio da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3981 e 3982, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3984, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3985, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3986, 3987, 4014, 4015 e 4016, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3989, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Srs. Deputados Elton Carlos Welter, Pedro Ivo Ilkiv, Padre Paulo Campos e Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3990 a 4013, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4018, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4022, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4023 a 4030 e 4032 a 4042, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4043, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A SRA. CIDA BORGJETTI (PP) (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar a esta Casa de Leis, o falecimento do Deputado Federal do meu Partido, Dr. Ricardo Fiúza, que foi Ministro. Com muito pesar registramos, nesse momento, o falecimento do nosso colega, o Deputado Federal Ricardo Fiúza.

### **Encerramento da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 282, 443, 613, 629, 638 e 697/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 486/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 061, 064, 102, 105 e 108/2005.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 486, 564, 665, 667, 672 e 731/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191, 253, 590, 591, 594, 605, 647, 675 e 705/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 061 e 068/2005.

Levanta-se a Sessão.

### **Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2005.

“Bento Munhoz, o Estadista”

Léo de Almeida Neves  
Gazeta do Povo

Governador do Paraná, empossado em 31 de janeiro de 1951, Bento fundou a Copel (Lei estadual 1.384, de 10.11.1953), que se transformou, graças ao comando do engenheiro Pedro Parigot de Souza e ao trabalho de seu excelente corpo funcional, na mais eficiente e lucrativa estatal hidrelétrica do Brasil.

Bento aparelhou o Porto de Paranaguá, organizou as Casas Rurais, criou a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e deu ênfase à cultura, edificando a Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra. Sua grande obra, porém, foi a construção do Centro Cívico (mais tarde denominado Centro Cívico Governador Munhoz da Rocha), reunindo em um só conjunto arquitetônico o Palácio Iguaçu e a Secretaria de Estado, a Assembléia Legislativa, o Palácio da Justiça, Tribunal do Júri, Tribunal de Contas e a Prefeitura de Curitiba.

A concepção do Centro Cívico vinha do urbanista Alfred Agache, responsável pelo plano Agache, década de 40, que planejou e definiu os principais rumos urbanísticos de Curitiba. Bento teve o mérito de levar adiante a idéia, nomeando a Comissão Especial de Obras do Centenário (em 19.12.1953 o Paraná completava 100 ano de emancipação política), dirigida pelo paranaense, professor de engenharia, Elato Silva. O também paranaense, professor e engenheiro David Xavier Azambuja elaborou o projeto técnico do Centro Cívico, em conjunto com os arquitetos Flávio Amílcar Regis do Nascimento, Olavo Regis de Campos e Sergio dos Santos Rodrigues.

A geada de 1953 que dizimou os cafezais do Paraná, à época o maior estado produtor de café, e a crise financeira que se seguiu, atrasou a execução dos empreendimentos, mas o essencial foi terminado e os governos posteriores não interromperam os serviços.

Em 26 de junho de 1954, o jovem engenheiro civil Ivo Arzua Pereira foi nomeado pelo governador Munhoz da Rocha para engenheiro chefe das construções de Centenário do Paraná, cabendo-lhe comandar a equipe que concluiu o Palácio Iguaçu, inaugurado em 19 de dezembro de 1954, a Biblioteca Pública, o Tribunal do Júri, o Pequeno Auditório do Teatro Guaíra, o Monumento do

Centenário do Paraná, a Praça 19 de Dezembro e a Academia de Letras do Paraná.

O arrojo, tenacidade e visão de futuro de Bento Munhoz da Rocha Netto garantiram-lhe lugar de relevo no panorama político, com destaque nas programações do 1º Centenário, a que compareceram personalidades e representantes dos estados brasileiros e de países de vários Continentes, valendo mencionar a realização em Curitiba da 1ª Conferência Mundial do Café. Cintilaram a simpatia, os conhecimentos enciclopédicos e os pronunciamentos convincentes do governador. Contribuiu, igualmente, para o êxito das comemorações a presença do presidente Getúlio Dornelles Vargas, que aproveitou a caixa de ressonância das festividades para anunciar, em Curitiba, que enviaria mensagem ao Congresso Nacional criando a Eletrobrás.

A excelsa dama paranaense, a escritora Flora Munhoz da Rocha, viúva do Bento, saudável física e intelectualmente nos seus 94 anos, participa juntamente com as autoridades e a população paranaense das justas revelências ao seu saudoso esposo. Em artigo publicado na imprensa, em junho de 1954, Flora relembrou a notável coincidência de que em 1953, ano do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, três bisnetos de Caetano José Munhoz presidiam os três poderes no Estado; Bento Munhoz da Rocha Netto, governador, Partido Republicano; deputado Laertes Munhoz, presidente da Assembléia Legislativa do Estado, União Democrática Nacional; e José Munhoz de Mello, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, que anteriormente se elegera deputado federal constituinte, em 1945, pelo Partido Social Democrático.

Não houvessem os imprevistos da atividade política, Bento poderia ter sido candidato à Presidência ou a Vice-Presidência da República, tal o estupendo conceito que desfrutava nos primeiros anos da década de 50, reflexo de sua brilhante atuação na Constituinte de 1946, na 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados e, principalmente, como governador do Paraná, pós-1951, e a retumbante repercussão dos festejos do 1º Centenário.

O suicídio do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 mudou o curso da história. Galgou o posto no Palácio do Catete o vice-presidente João Café Filho, compadre e amigo íntimo de Bento, os dois deputados federais na Constituinte de 1946.

Se Bento continuasse na chefia do Executivo do Paraná, o presidente Café Filho poderia ter coordenado e lançado sua candidatura a vice ou à Presidência da República para disputar com Juscelino Kubitschek, em 1955, com probabilidades reais e efetivas de sucesso, em função de seus prestígio alaistrado por todo o país por conta de sua privilegiada inteligência, comprovada honrabilidade, assinaláveis dons oratórios e proficiente gestão governamental.

Contudo, cometendo grave erro de avaliação o presidente Café Filho preferiu tê-lo próximo a si no Ministério da agricultura, de parcas dotações orçamentárias,



ofuscado pela ação de resultados concretos e imediatos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (Creai)

Ademais, Café Filho foi enredado nas tramas golpistas da UDN de Carlos Lacerda e envolvido pelos acontecimentos, sustentando a candidatura presidencial do general Juarez Tavora (derrotado por Juscelino) culminando com o seu internamento hospitalar e afastamento do cargo, o mesmo ocorrendo com seu substituto legal Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, por força do movimento militar chamado "retorno aos quadros constitucionais vigentes", de 11 de novembro de 1955, liderado pelos generais Teixeira Lott e Odilo Denys. Coube ao presidente do Senado Federal, Nereu Ramos dar posse a Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Como sempre na sua linha de lealdade e coerência, Bento permaneceu fiel a Café Filho e a seu grupo de sustentação.

A trajetória política e os exemplos dignificantes do cidadão e homem público Bento Munhoz da Rocha Netto configuram o perfil de um autêntico estadista, reconhecido pelo povo, orgulho do Paraná e do Brasil e exemplo a ser seguido pelas gerações futuras.

## Balancete:

OFÍCIO Nº 24/2005

Curitiba, 05 de dezembro de 2005.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de NOVEMBRO/2005, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/11/2005
MÊS: Novembro	Exercício: 2005	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	15.700.000,00	179.100.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	15.700.000,00	179.100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	1.200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.800.000,00	180.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	2.128.610,80	6.843.896,89
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.128.610,80	6.843.896,89
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.128.610,80	6.843.896,89
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	19.328.633,31	12.626.438,21
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	19.328.633,31	12.626.438,21
TOTAL	37.257.244,11	199.770.335,10

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Novembro MÊS: Novembro Exercício: 2005	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/11/2005
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	15.355.526,41	173.505.676,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.501.246,64	148.484.794,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	854.279,77	25.020.882,38
DESPESAS DE CAPITAL	82.800,30	661.357,65
INVESTIMENTOS	82.800,30	661.357,65
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	15.438.326,71	174.167.034,31
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	869.413,27
PAGAMENTOS	0,00	869.413,27
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
PASSIVO FINANCEIRO	3.733.294,00	6.648.264,12
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.733.294,00	6.648.264,12
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.733.294,00	7.517.677,39
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.085.623,40	18.085.623,40
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	18.085.623,40	18.085.623,40
TOTAL	37.257.244,11	199.770.335,10

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade